



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

BRUNA BARROS BARBOSA DA SILVA

**RACISMO, SUBJETIVAÇÃO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: AS IMPLICAÇÕES DO
RACISMO NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA**

**BRASÍLIA
2023**

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

BRUNA BARROS BARBOSA DA SILVA

**RACISMO, SUBJETIVAÇÃO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: AS IMPLICAÇÕES DO
RACISMO NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como requisito parcial à conclusão do curso de psicologia.

Professora-orientadora: Dra. Tania Inessa Martins de Resende

BRASÍLIA
2023

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
CURSO DE PSICOLOGIA

**RACISMO, SUBJETIVAÇÃO E SOFRIMENTO PSÍQUICO: AS IMPLICAÇÕES DO
RACISMO NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA BRASILEIRA**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Educação e Saúde – FACES do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, como requisito parcial à conclusão do curso de psicologia.

Professora-orientadora: Dra. Tania Inessa Martins de Resende

Banca examinadora

Tania Inessa Martins de Resende (CEUB) - Orientadora

Aurea Chagas Cerqueira (CEUB) - Convidada

Frederico Guilherme Ocampo Abreu (CEUB) - Convidado

BRASÍLIA
2023

AGRADECIMENTOS

A mim, por ter seguido em frente mesmo nos momentos de dificuldade.

À Tania, orientadora querida, sem você isso não teria sido possível. Obrigada por toda a compreensão, cuidado, dedicação e acolhimento. Você é uma pessoa muito inspiradora e um exemplo de humanidade e sensibilidade. Obrigada!

À espiritualidade, enquanto tecnologia de resistência e existência, que está em mim e também na forma do divino que nos acompanha. Laroyê, Exu!

Aos meus amigos Marcos e Valéria, pela amizade, pelo apoio, pelas trocas e por todo o afeto envolvido. Vocês foram um presente do curso de psicologia.

À minha mãe, Maisa Alves, por fazer o possível dentro do que está ao seu alcance.

Aos professores que eu tive a oportunidade de ser aluna e que, durante minha caminhada na graduação, foram também inspiração e potencializadores do meu desejo pela Psicologia e pela Psicanálise. Dentre eles, Tania Inessa, Juliano Lagoas, Ana Flávia Madureira, Guilherme Henderson e Lívia Campos. Muito obrigada!

RESUMO

Produto da colonização, o racismo permaneceu como herança de um passado brutal no qual pessoas negras foram sistematicamente violentadas, desumanizadas e exploradas. Notamos na contemporaneidade relações sociais ainda pautadas em estereótipos e preconceitos raciais que naturalizam tratamentos desiguais e mascaram a construção sócio-histórica dessa e de outras ideologias. A pesquisa em questão busca compreender os atravessamentos do racismo na realidade de pessoas negras, investigando as particularidades subjetivas que o mesmo produz. Trata-se de uma pesquisa qualitativa na qual foram entrevistadas duas pessoas autodeclaradas como negras, um homem e uma mulher, além de duas psicólogas que atuam na área clínica. As informações qualitativas foram analisadas utilizando o referencial teórico-metodológico da Hermenêutica de Profundidade de Thompson, reinterpretada por Demo (2001). Os resultados evidenciaram diferentes expressões do racismo no âmbito social e subjetivo.

Palavras-chave: Racismo; Colonização; Subjetivação; Psicologia antirracista.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. SOCIEDADE BRASILEIRA, RACISMO E COLONIZAÇÃO.....	10
1.1. BREVE PANORAMA DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O RACISMO ESTRUTURAL.....	10
1.2. BIOPODER, BIOPOLÍTICA E NECROPOLÍTICA NA SAÚDE MENTAL: A INSERÇÃO DA PSICANÁLISE E DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	18
2. UMA BREVE PERSPECTIVA PSICANALÍTICA DE SUJEITO E OS ATRAVESSAMENTOS DO RACISMO NOS PROCESSOS SUBJETIVOS.....	25
2.1. A EMERGÊNCIA DO SUJEITO E A PSICANÁLISE.....	25
2.2. RACISMO E SUBJETIVAÇÃO.....	31
2.3. REFLEXÕES INICIAIS PARA UMA CLÍNICA DECOLONIAL.....	36
3. METODOLOGIA.....	38
4. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES QUALITATIVAS.....	40
4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA.....	40
4.2. ANÁLISE FORMAL.....	46
4.2.1. Narrativa de Renato.....	46
4.2.2. Narrativa de Helen.....	49
4.2.3. Olhares brancos e a atualização de um passado colonial.....	55
4.2.4. Ideais da branquitude e a construção de uma estima.....	57
4.2.5. Os atravessamentos do racismo no mundo do trabalho.....	60
4.2.6. Sofrimento racial e transferências na clínica.....	63
4.3. (RE) INTERPRETAÇÃO.....	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	74
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	78
ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	82
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - PSICÓLOGO/A.....	86
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA NARRATIVA - PARTICIPANTES AUTODECLARADOS COMO NEGROS.....	87

INTRODUÇÃO

Em um contexto em que a diversidade racial é celebrada, sustentada pelo mito da democracia racial¹, muitas pessoas ainda têm a dificuldade de reconhecer que o racismo é uma realidade que persiste na nossa atualidade e resvala de diferentes maneiras na vida de grande parte da população brasileira, parte essa formada por pessoas negras, o que engloba, pessoas pretas e pardas. O discurso da meritocracia, nos dias atuais, agravou a alienação, fazendo acreditar que o indivíduo é o único responsável pelo seu sucesso, desconsiderando uma série de condições e oportunidades oferecidas anteriormente que foram cruciais para que o sujeito chegasse aonde chegou. Vivemos em uma sociedade alienada quanto a sua história, quanto ao seu passado de colonização e escravidão e o quanto isso imprimiu e imprime marcas profundas nas nossas relações sociais e políticas.

A educação é uma das ferramentas, visto que, até ontem, a história da colonização, que se fez a partir da invasão, expropriação, violência e morte, nos foi contada como a história do descobrimento do Brasil. Cenas de um passado violento tendem a ser romantizadas. Uma das ações nesse sentido foi a criação da lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino sobre a História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos oficiais da Rede de Ensino, o que inclui: “a história da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro das áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil” (Lei nº 10.639/2003). Entretanto não é o que vemos acontecer, assim como não vemos acontecer na academia discussões amparadas em autores e autoras negras e suas contribuições teóricas.

Dessa forma, uma primeira característica já se apresenta, o apagamento de nossa história, nossas contribuições e de nossas vozes. Apagamento simbólico e também físico, quando nos deparamos com dados que nos mostram que pessoas negras são as maiores vítimas de homicídio², apresentando uma taxa três vezes maior em relação a população branca. A realidade carcerária brasileira também é reveladora nesse sentido, 68,2%³ dos encarcerados são pessoas negras, enquanto as pessoas brancas correspondem a 30,4%. É nas favelas e nas regiões periféricas que as ações policiais se concentram, locais em que uma significativa parcela dos moradores é composta por pessoas negras e de baixa renda, e onde as intervenções policiais são as mais brutais.

¹ O termo foi cunhado por Gilberto Freyre em seu livro Casa Grande Senzala. Nele propõe que o Brasil seria um paraíso racial, onde as diferentes raças conviveriam harmonicamente.

² Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - Atlas da Violência, 2019.

³ Dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), 2022; Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

Presenciamos, nos últimos anos, várias abordagens descompensadas por parte de policiais e seguranças de supermercado em relação a pessoas negras, que de tão brutais e desmedidas levaram à morte. Como foi o caso de João Alberto Silveira, homem negro de 40 anos, que foi brutalmente espancado até a morte por seguranças de uma unidade da rede de supermercados Carrefour⁴, localizada em Porto Alegre.

Todos esses exemplos ilustram como o racismo está presente nos diversos cenários que compõem a nossa realidade brasileira. Nesse sentido, o presente trabalho é motivado por uma busca em melhor compreender os atravessamentos do racismo na realidade de pessoas negras, identificando se essas vivências produzem no sujeito particularidades subjetivas.

Vale destacar que esse trabalho foi realizado por uma mulher negra, e enquanto mulher e negra meu corpo não passa despercebido das opressões raciais e de gênero presentes em nossa sociedade. Nesse sentido, inevitavelmente me vi presente, em muitos momentos, nas histórias relatadas e trabalhadas com base nos referenciais teóricos. Tendo esse corpo e me solidarizando com outros corpos também marginalizados e violentados por esse sistema branco/colonial/patriarcal/capitalista, é impossível, principalmente depois dessa pesquisa, não ver a necessidade dessas lógicas serem transformadas para que a gente possa construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

Quanto aos objetivos da pesquisa, buscou-se compreender quais os atravessamentos do racismo na vida de pessoas negras e quais as particularidades que o mesmo imprime em suas subjetividades. Para tanto, alguns objetivos específicos foram delineados, como: compreender as repercussões do racismo nas vivências da pessoa negra a partir de seus relatos pessoais; analisar como o racismo produz na pessoa negra configurações subjetivas particulares a partir de um referencial psicanalítico; analisar as particularidades da clínica com pessoas negras a partir da perspectiva de psicólogos atuantes; analisar esses processos de adoecimento e saúde a partir de uma perspectiva decolonial.

Ainda que o racismo se configure como um problema estrutural, o debate sobre o mesmo ainda é muito pouco marcante nos diferentes espaços sociais e de formação acadêmica pelo país. Dentro da Psicologia, por exemplo, percebemos não só um certo silenciamento sobre essas questões, como também um referencial teórico majoritariamente embranquecido e um corpo docente que não reflete nossa diversidade racial. E isso não por falta de pessoas capacitadas, e nem por falta de produções teóricas de autores e autoras pretas, mas pela

⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2020/11/20/homem-negro-e-espancado-ate-a-morte-em-supermercado-do-grupo-carrefour-em-porto-alegre.ghtml>

própria configuração do racismo que, como bem nos aponta Kilomba (2020), torna ausente quem está presente. Nessa direção, pelo princípio da ausência, nomes como Frantz Fanon, Neuza Santos Souza, Isildinha Batista Nogueira e Lélia Gonzalez tornam-se desconhecidos mesmo que tenham tido grandes contribuições nas discussões sobre raça, sexismo e sofrimento psíquico.

Desse modo, mais do que relevante, pesquisas nessa direção se tornam necessárias diante o apagamento sistemático de vozes negras, que inclusive pode se reproduzir no âmbito terapêutico quando o psicólogo não oferece uma escuta atenta e qualificada ao sofrimento racial trazido pelo paciente. Nesse sentido, não é incomum presenciarmos pessoas pretas que, ao buscarem por atendimento psicoterápico, tenham preferência por profissionais da mesma raça por acharem que serão melhor compreendidas em suas vivências.

Cabe salientar que o exercício profissional do psicólogo deve estar alinhado aos princípios do Código de Ética da Profissão, dentre esses princípios consta que “o psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p.7). Ainda nessa direção, a resolução nº 018/2002, que trata sobre a atuação dos psicólogos em relação ao preconceito e a discriminação racial, estabelece no seu artigo 1º que: “os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo”. Diante da realidade do racismo, que opera sistematicamente nas diferentes esferas da vida social, inclusive a nível inconsciente, constituindo sujeitos e atravessando as relações, torna-se imprescindível seu desvelamento enquanto construção histórica e ideológica, bem como a construção de caminhos contrários a uma lógica colonial.

O trabalho foi organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo traz uma contextualização sócio-histórica do surgimento do racismo e como o mesmo esteve relacionado a empreitada colonialista iniciada na modernidade. Assim como uma breve contextualização da inserção da psicanálise e da psicologia no cenário brasileiro em diálogo com as noções de biopoder, biopolítica e necropolítica. No segundo capítulo, buscou-se trazer uma breve perspectiva psicanalítica a respeito de sujeito e uma análise dos atravessamentos do racismo nos processos de estruturação subjetiva. O terceiro capítulo diz respeito à metodologia. E o quarto capítulo a análise das informações qualitativas.

A metodologia utilizada compreendeu uma pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistados quatro participantes, duas pessoas negras, um homem e uma mulher, e duas

psicólogas clínicas. Foram utilizadas entrevistas narrativas e semiestruturadas. As informações produzidas por meio das entrevistas foram analisadas através da Hermenêutica de Profundidade de Thompson, reinterpretada por Demo (2001).

1. SOCIEDADE BRASILEIRA, RACISMO E COLONIZAÇÃO

Em um primeiro momento buscou-se uma definição e contextualização sócio-histórica do racismo, evidenciando suas relações com a empreitada colonialista iniciada na modernidade. Em seguida, buscou-se uma breve contextualização da inserção da psicanálise e da psicologia no cenário brasileiro em diálogo com as noções de biopoder, biopolítica e necropolítica.

1.1. BREVE PANORAMA DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E O RACISMO ESTRUTURAL

Mais do que atitudes individuais isoladas, o racismo parece se configurar como ideologia que fundamenta as estruturas da sociedade, desse modo, se expressa em diferentes espaços, criando realidades e condições desiguais entre os grupos racializados (CAPUTO, 2019). Como bem nos informa Almeida (2018), o *racismo estrutural* é um fenômeno sistêmico, permeia toda a sociedade e não se limita a atitudes discriminatórias, mais do que uma anormalidade, faz parte de um funcionamento habitual, perpetuando-se nas diferentes relações sociais, institucionais, na organização política e econômica da sociedade.

Para entender sua origem se faz necessário um retorno a alguns processos que se deram ao longo da história e que criaram terreno para o surgimento de teorias racistas, que colocaram o homem europeu como *homem universal* e todos os outros povos que se distinguiam destes como versões inferiores (ALMEIDA, 2018). Assim, é no contexto das navegações rumo a América, da expansão comercial da Europa, associada a insurgência de grandes movimentos filosóficos, que abrem-se as portas para a construção de um novo ideário moderno que localizou o homem europeu no centro da geografia e da história (ALMEIDA, 2018; BOTELHO, 2013).

De acordo com Botelho (2013), a viagem de Colombo à América marcou o início da dominação europeia pelo mundo, sua interligação com os diferentes territórios a colocou no centro comercial e geográfico. A colonização tinha objetivos claros de enriquecimento da metrópole, assim como a pretensão de levar a “racionalidade” e os “bons costumes” para aqueles que não conheciam a civilização, os ditos “selvagens” ou “primitivos”, a partir daí deu-se início a um longo processo de violentação e exploração de outros povos e de seus territórios (BOTELHO, 2013). Antes da chegada de Portugal, por exemplo, o Brasil já era território habitado por povos indígenas, entretanto o falso poder imprimido pela colonização

abriu as portas para a exploração e apropriação dessas terras, paralelo a violentação e o extermínio quase que total dessas populações que hoje representam uma pequena minoria⁵ (CAPUTO, 2019).

Dessa forma, “os bons costumes que serão instaurados daí em diante, nada mais são do que a submissão arbitrária às ordens e vontade dos espanhóis, o esforço interminável e duro de servir aos brancos, a violação das mulheres e a obrigação de produzir riquezas” (BOTELHO, 2013, p. 200). É então nesse movimento de levar a “civilização” para outros territórios, somado à busca desenfreada por ganhos mercantis que se procede todo um movimento de exploração, espoliação de terras, escravização e morte, o qual se deu o nome de colonialismo (BOTELHO, 2013).

Seus efeitos ainda se mostram na contemporaneidade quando a principal pauta da luta indígena no Brasil é a reivindicação pela garantia dos seus direitos, principalmente, seu direito sobre o território, que foi usurpado e segue sendo constantemente ameaçado pelas elites econômicas que veem mais valor na floresta derrubada do que em pé. A ganância colonial pelo ouro, que resultou em inúmeras atrocidades contra os povos indígenas da América, parece ter se atualizado na exploração contínua dos recursos naturais do planeta (BOTELHO, 2013). Exploração essa a serviço dos interesses do capital que ao almejar incessantemente o lucro negligencia a sustentabilidade ecológica e cultural (NÚÑEZ, 2021). No nosso contexto, testemunhamos o aumento crescente do desmatamento da Amazônia⁶, somado a invasão de territórios indígenas e as dificuldades na demarcação desses territórios, que se dá paralelo a expansão crescente da pecuária, da extração madeireira, do garimpo e grilagem das terras que, inclusive, encontra força no âmbito da política.

A colonização brasileira, que se iniciou em 1500 com a chegada de Portugal em terras estrangeiras, fez parte de um processo maior de expansão do domínio europeu pelo mundo, que se iniciou no século XV e se estendeu por mais de séculos (ALMEIDA, 2018; CAPUTO, 2019). O trabalho escravo acompanhou todo processo de colonização, inicialmente se impôs aos nativos indígenas, para em seguida se estender sobre os povos africanos (BOTELHO, 2013). A proibição da escravização dos nativos indígenas e a localização estratégica do continente africano reorientou a busca de força de trabalho escrava, aproxima-se, de acordo com as estatísticas mais baixas, que mais de 4.000.000 milhões de africanos tenham sido sequestrados de seus territórios para servir de mão de obra escrava no Brasil (BOTELHO,

⁵ De acordo com censo do IBGE de 2022, a população indígena corresponde a 0,83% da população do Brasil.

⁶ Informações disponíveis em:

<https://infoamazonia.org/2023/03/21/desmatamento-na-amazonia-passado-presente-e-futuro/#:~:text=Entre%20001%20e%202020%2C%20a,do%20Peru%20e%20da%20Col%C3%B4mbia.>

2013; NASCIMENTO, 1978).

As principais atividades mercantis da colônia baseavam-se no trabalho do negro escravizado, que era forçado a cumprir longas horas de árduo trabalho nas densas plantações, plantando e colhendo a riqueza material do país que beneficiava exclusivamente a aristocracia branca (NASCIMENTO, 1978). A proximidade geográfica entre as costas brasileiras e africanas resultou na importação desses indivíduos por um baixo preço, facilitando o comércio de escravos, que de tão acessíveis e baratos, muitas das vezes, era mais econômico substituí-los por novos, do que investir em cuidados e alimentação adequada (NASCIMENTO, 1978).

É nesse contexto que a classificação racial emerge como uma construção ideológica a favor do colonialismo para justificar a expansão da escravidão e a exploração desumanizante da população negra, assim como a exploração econômica dos territórios colonizados (BOTELHO, 2013; NASCIMENTO, 1978). Dessa forma, a concepção de raça está intrinsecamente ligada à história das relações de poder no sistema colonial, não tendo, portanto, qualquer amparo na biologia que justifique a subdivisão do ser humano em termos de raças (ALMEIDA, 2018). Entretanto, a Modernidade e seus sistemas de conhecimento associaram ao homem europeu todos os ideais que permeavam a sociedade da época, o concebendo como sujeito da “razão” e do “conhecimento”, meios esses pelos quais se alcançaria a liberdade (ALMEIDA, 2018; BOTELHO, 2013). A contradição foi que sob a exaltação da razão e da liberdade, o que se processou para depois de seus territórios foi a opressão e escravização de outros grupos étnicos, se transformando em um exemplo perfeito de um antiliberalismo (MBEMBE, 2018 vamos conversar *apud* ALMEIDA, 2018).

Assim a construção da superioridade europeia esteve intimamente interligada às relações desiguais que se processaram na colonização, somada à acumulação de capital por meio da exploração desses territórios, o que permitiu que se tornasse o centro do capitalismo global. A moderna sociedade capitalista se desenvolveu então, não apenas por meio da espoliação colonial, mas também, pela discriminação e exploração de outros povos a partir da construção do conceito de raça, usado como ferramenta ideológica para justificar a escravização (ALMEIDA, 2018; BOTELHO, 2013).

Os movimentos filosóficos da Modernidade construíram a ideia do Homem baseada na imagem do homem europeu, em gênero e raça, nesse sentido, o Iluminismo foi o movimento filosófico que mais levou essas concepções ao extremo (ALMEIDA, 2018). Kant, um dos principais representantes do pensamento moderno, compartilhava da seguinte reflexão sobre o negro:

Os negros da África carecem por natureza de uma sensibilidade que se eleva por cima do insignificante. O senhor Hume desafia qualquer um a apresentar um exemplo em que o negro tenha mostrado talento. Afirma que entre as centenas de milhares de negros transportados para terras estranhas, e ainda que muitos deles tenham obtido a liberdade, não se encontrou um somente que tenha imaginado algo grandioso como na arte, na ciência ou em qualquer outra qualidade honrável, enquanto entre os brancos é comum o caso daqueles que suas condições se levantam de um estado humilde e conquistam uma reputação vantajosa. Tão essencial é a diferença entre estas duas raças humanas, apresentando-se tão evidente nas faculdades espirituais quanto na cor (KANT, 2013 *apud* BOTELHO, 2013, p. 210).

O que fica evidente no trecho mencionado é a elaboração de todo um argumento que tem como ideia central a suposta inferioridade intelectual e cultural dos negros em comparação aos brancos, este sim, de acordo com o autor, dotado das mais superiores habilidades, seja no campo das artes, das ciências, da literatura, ou qualquer outra área. As supostas diferenças raciais que ganharam corpo na filosofia serão também mais tarde objeto de estudo científico.

Assim é com a emergência do positivismo e do racismo científico no século XIX, que vai buscar explicitar as diferenças humanas por meio de determinismos biológicos e geográficos (ALMEIDA, 2018). Essas teorizações traziam a concepção de que as características físicas e/ou as condições climáticas seriam capazes de explicar as diferenças morais, psicológicas e intelectuais entre os sujeitos (ALMEIDA, 2018). Nessa perspectiva, acreditava-se que a presença de uma pele não branca e um clima tropical estariam associados ao desenvolvimento de comportamentos considerados imorais e violentos, além de sugerirem menor capacidade intelectual (ALMEIDA, 2018). Ainda de acordo com o autor, essas concepções obtiveram grande prestígio na academia e na política da época, influenciando as perspectivas sobre raça e mistura racial.

Nesse sentido, o pensamento colonialista localizou o homem europeu como ponto de referência, era ele quem encarnava os ideais de beleza, de intelectualidade e civilização, ao passo que os demais povos e culturas eram vistos como versões menos evoluídas destes, ocupando assim, um lugar inferior dentro de uma classificação racial (NASCIMENTO, 1978). Desse modo o negro é um produto dessa estrutura colonialista, responsável por forjar as noções de raça a partir de toda uma discursividade que localizou esse outro no lugar de não sujeito (FANON, 2020). Assim, de acordo com o autor, os espaços colonizados eram espaços do não ser, do não território, o contraponto do homem branco, este sim sujeito e com pleno direito sobre sua propriedade. O esforço para destituir esse outro de seu estatuto de sujeito e assim construí-lo enquanto objeto, se deu por uma negação desse sujeito em diferentes

ordens: negação da sua liberdade, do seu nome, da sua cultura, da sua língua, e de tudo aquilo que o caracteriza como sujeito da própria vida (OLIVEIRA, 2020).

A abolição da escravatura no Brasil em 1888 não representou uma real libertação do negro escravizado, mesmo com os movimentos políticos que acompanharam todos esses períodos históricos, a população de ex-escravizados saiu de tal cenário sem nenhum tipo de assistência ou proteção que pudesse suprir as mazelas deixadas pelo longo período de escravidão (FERNANDES, 2008). Assim, a transição do regime escravocrata para o sistema de trabalho livre não foi acompanhada por medidas que garantissem as mínimas condições para que o negro se mantivesse depois da libertação, isentando os senhores de escravos e o Estado de qualquer responsabilidade com estes que durante séculos alimentaram a economia desse país (FERNANDES, 1964/2008; NASCIMENTO, 1978).

Cabe ressaltar que a abolição da escravatura já vinha se processando há algum tempo, principalmente em decorrência do isolamento do Brasil no cenário mundial, visto que o mercado não mais estava sendo gerido pela força de trabalho escrava, dessa maneira, se processou toda uma pressão para que o regime da escravatura chegasse ao seu fim (FERNANDES, 2008). Não só uma pressão externa, mas também uma movimentação interna de lutas abolicionistas, fugas em massa dos escravizados, ataque aos meios de produção de algumas fazendas e toda uma agitação na imprensa e nas câmaras das cidades que foram tornando insustentável a continuidade da escravidão (CAPUTO, 2019).

Entretanto, como nos argumenta Fernandes (1979 *apud* FAUSTINO, 2019), assim como as principais transformações históricas ocorridas no Brasil, a abolição da escravatura teve a característica de uma “transição transada”, ou seja, foi uma transação protagonizada pelo alto, sem grandes rupturas por parte das classes menos privilegiadas e sem a incorporação de demandas mínimas que atendessem a essas classes, preservando assim as estruturas de poder e as desigualdades existentes.

Assim, com a transição para o trabalho livre, o liberto se viu na condição de senhor de si mesmo, responsável pelo próprio sustento, mesmo que não dispusesse de meios materiais e morais para isso (FERNANDES, 2008). Desse modo, a dificuldade do negro de se estabelecer como sujeito social foi ressaltada, pois: como ocupar um lugar de trabalhador livre, proprietário da sua força de trabalho, quando o que se ainda tem no registro social é a imagem do negro enquanto “mercadoria”, “coisa”, “objeto”? (NOGUEIRA, 2021).

Com o fim da escravidão, os negros libertos deixaram de ser a opção preferencial de força de trabalho, passando a concorrer com os colonos e, principalmente, com os imigrantes europeus, que vieram para o Brasil facilitados pelas políticas governamentais da época

(FERNANDES, 2008). De acordo com Quijano (2000 *apud* CAPUTO, 2019), desde o início da colonização da América os europeus associaram o trabalho não pago às raças dominadas, dessa forma não é uma surpresa que ao transicionar para um regime de trabalho livre e assalariado tenha-se importado imigrantes europeus, também não faltariam desculpas racistas para justificar a inaptidão do negro para ocupar o lugar de assalariado. Nesse sentido, a transição para o trabalho livre não apenas substituiu a força de trabalho escrava, mas também resultou na substituição da mão de obra negra pela branca (FERNANDES, 2008).

O que essas políticas de facilitação da imigração da população europeia traziam como ideia central era a expurgação da “mancha negra” na população brasileira, vista como feia e geneticamente inferior por carregar o sangue do negro (NASCIMENTO, 1978). Desse modo, a receita para esse expurgo estaria na realização do embranquecimento da sociedade brasileira através da incorporação em massa da população branca europeia, assim, ao longo dos séculos, a miscigenação das raças teria como fruto indivíduos cada vez mais claros, até que se chegasse ao ponto de se alcançar o branqueamento total (NASCIMENTO, 1978). Esse movimento, apesar de evidentemente racista, teve bastante repercussão e adesão nas ciências e na política, que viam na imigração a chance de alcançar a superioridade racial. Nesse sentido, de acordo com Nascimento (1978), a fala de Joaquim Nabuco expressa bem essa esperança:

Esse admirável movimento migratório não concorre apenas para aumentar rapidamente, em nosso país, o coeficiente da massa ariana pura: mas também, cruzando-se e recruzando-se com a população mestiça, contribui para elevar, com igual rapidez, o teor ariano do nosso sangue (NASCIMENTO, 1978, p.71).

A miscigenação que se operou no Brasil foi representada como símbolo da democracia racial no país, entretanto o que realmente ela representava era o início do processo de genocídio da população negra brasileira (NASCIMENTO, 1978). O pardo, produto desse sangue misto, era a ponte que levaria adiante o sangue europeu, se configurando como um meio para o desejável, o primeiro degrau da escada em direção a branquitude. Segundo dados estatísticos da população trazidos por Nascimento (1978), pode-se perceber que entre 1872 a 1950 registrou-se um aumento bem menos expressivo da população negra quando comparada a população branca e parda que aumentaram três vezes mais, sendo que até 1798 brancos e negros se aproximavam em quantidade. Tal cenário não se aproximou das expectativas de Gobineau, de que em até dois séculos a raça negra desapareceria, mas colocou em vista um projeto de embranquecimento que estava se operando (NASCIMENTO, 1978).

O processo de miscigenação também esteve apoiado no estupro sistemático da mulher negra pelo senhor escravocrata, que além de tomar posse de seu corpo para exploração servil, se aproveitou de sua condição de vulnerabilidade e falta de direitos, para também o tomar para exploração sexual, para si e para os outros, à medida que a submetia a prostituição forçada (NASCIMENTO, 1978). Assim, vai se delineando uma imagem muito específica dos lugares da mulher negra, lugar do trabalho e lugar do prazer, ambos remunerados por um baixo preço, quando remunerados (NASCIMENTO, 1978).

Dessa forma, marcados pela cor, a população negra continuou sendo discriminada, encontrando barreiras em diferentes âmbitos, principalmente para se estabelecer no mercado de trabalho, o que dificultava sua ascensão social e econômica na moderna sociedade capitalista (NASCIMENTO, 1978; CAPUTO, 2019). Enquanto os imigrantes e os grupos dominantes ocupavam suas posições privilegiadas, a população negra foi sendo relegada aos lugares mais periféricos e marginais do sistema social.

Observando alguns dados atuais acerca da condição de moradia⁷ da população brasileira, vemos que 20,6% da população negra vive em situação de informalidade na posse da moradia, enquanto a proporção encontrada na população branca corresponde à metade desse valor, 10,1%. Em relação ao saneamento básico, entre a população residente em domicílio próprio, 27,8% das pessoas brancas se encontrava em domicílios sem rede de coleta de esgoto, já na população negra a proporção foi bem maior, 44,2%. Foram registradas desigualdades semelhantes no abastecimento de água e coleta de lixo.

Dessa forma, de acordo com Quijano (2000 *apud* BOTELHO, 2013) o que se torna evidente diante essas configurações sociais é a relação quase óbvia entre os critérios de classificação racial e as formas de inserção na sociedade capitalista, nesse sentido, raça e classe social se interligam de modo que uma orienta a outra, o capitalismo se desenvolveu no Brasil com base nas relações sociais que já se encontravam desiguais. Assim, “o valor, a mercadoria e o capital não são neutros em termos raciais e sexuais, são na verdade constituídos pela afirmação da masculinidade branca, assim como o foi a forma do sujeito transcendental” (BOTELHO, 2013, p. 220).

Ainda de acordo com o autor, as relações objetivas e formas de subjetividade produzidas pela colonização atravessaram a construção das sociedades, sua persistência se mostra por exemplo, na discriminação racial ainda existente no trabalho assalariado e na manutenção das formas de inserção na economia capitalista. A herança colonial não foi purgada, mesmo que negros e indígenas trabalhem como assalariados, geralmente enfrentam

⁷ Dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), 2020-2021.

condições inferiores em termos de precarização e salários, o mesmo para as mulheres, e principalmente a mulher negra, marcada pela raça e pelo sexo supostamente inferior (BOTELHO, 2013).

De acordo com os dados do IBGE⁸ acerca das informações gerais sobre a população, observou-se que em todos os anos estudados a taxa de desocupação e subutilização foi inferior para as mulheres brancas, o que indica um maior acesso dessas mulheres ao mercado de trabalho, ao passo que as mulheres negras compõem a maior parcela da força de trabalho desocupada. Os dados acerca do rendimento médio mensal da população também nos revelam a persistência das desigualdades sociais em termos salariais, no ano de 2021, as pessoas brancas recebiam em média R\$ 3.000 por mês⁹, enquanto a população preta recebia em média R\$1.700. De acordo com os dados, tais diferenças em favor da população branca se apresentam desde 2012, quando deu-se início às pesquisas. Ainda no que se refere a mercado de trabalho e distribuição de renda, a pesquisa mostra que apesar da população negra representar 56%¹⁰ da população do país, apenas 29,5%¹¹ dos cargos gerenciais na época estavam ocupados por pessoas negras, enquanto as pessoas brancas ocupavam 45,2% desses cargos, além disso, quanto mais alto era o rendimento salarial menor era a proporção de pessoas negras. Em cargos de rendimento elevado, das pessoas ocupadas, apenas 14,6% eram pessoas negras, ao passo que pessoas brancas ocupavam 84,4% destes cargos.

Outro dado que também nos revela as faces desse racismo estrutural é o número de homicídios na população. No ano de 2019, 77%¹² dos sujeitos assassinados no Brasil eram pessoas negras, apresentando uma taxa de 29,22 mortes por 100 mil habitantes, quase o triplo da taxa observada entre as pessoas brancas, que foi de 11,16 mortes por 100 mil habitantes. No que se refere a população carcerária a realidade não é diferente, do total de encarcerados, 68,2%¹³ são pessoas negras.

Como bem nos informa Caputo (2019), “mesmo após o fim da colonização, o poder racial do branco permanece, especialmente a partir do aparato policial do Estado e suas diversas políticas de segurança que continuam definindo o lugar do negro, punindo-os, matando-os, desumanizando-os” (p. 62). Um outro exemplo é a velha política de combate às drogas que localiza suas ações nos morros e periferias das grandes cidades, regiões

⁸ Dados do IBGE - Pesquisa sobre as desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, 2022.

⁹ Dados do IBGE - Pesquisa sobre as desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, 2022.

¹⁰ Dados do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD), 2020-2021. Segundo o IBGE, a população negra corresponde à soma dos indivíduos pretos e pardos.

¹¹ Dados do IBGE - Pesquisa sobre as desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, 2022.

¹² Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) - Atlas da Violência, 2019.

¹³ Dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN), 2022; Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

intensamente marcadas por uma população preta e de baixa renda. O resultado que temos é o encarceramento em massa da população preta e periférica, quando não, o seu extermínio.

O que presenciamos é uma sociedade nitidamente marcada pela desigualdade social e pela violência estrutural que mata pessoas pretas diariamente (FAUSTINO, 2019). Dessa forma, baseado em Fanon (2020), o olhar para a saúde mental da população preta implica, necessariamente, um olhar para as configurações sociais e políticas que se estabeleceram historicamente e criaram para essas pessoas condições específicas, a nível material e subjetivo.

1.2. BIOPODER, BIOPOLÍTICA E NECROPOLÍTICA NA SAÚDE MENTAL: A INSERÇÃO DA PSICANÁLISE E DA PSICOLOGIA NO CONTEXTO BRASILEIRO

A partir das noções de biopoder e biopolítica formuladas por Foucault, Lima (2019) traz uma análise de como foi a recepção da psicanálise em terras brasileiras, assim como dos discursos veiculados no meio intelectual que faziam referência a concepções psicanalíticas para validar teses que estavam comprometidas com a agenda nacional. Nesse sentido, o autor nos chama a atenção para a complexidade envolvida na história da psicanálise, que nesse momento de chegada ao Brasil se estabelece às custas de várias ambiguidades, sendo portanto necessário desfazer uma ideia de purismo nas estratégias de implantação da mesma.

Ainda que sua chegada no Brasil tenha se dado também por outras vias, pelas artes e pela literatura, o autor se restringe à sua recepção pelas vias médica e psiquiátrica. Uma primeira característica já levantada é que grande parte desses médicos que veiculavam a psicanálise estavam ligados aos serviços públicos de saúde mental, atuando principalmente nos hospitais psiquiátricos. A degenerescência como uma suposta compreensão científica para as enfermidades psiquiátricas ocupava um espaço privilegiado no meio psiquiátrico e impactou de forma decisiva o início do século XX, provocando efeitos no discurso psicopatológico até meados dos anos 1920 (LIMA, 2019). Tais explicações carregavam um forte teor racial ao associar o desenvolvimento de alguns desvios a um primitivismo dos costumes da negritude, raça essa vista como inferior fisicamente e psiquicamente (LIMA, 2019).

Já na década de 1910, principalmente a partir dos trabalhos de Juliano Moreira, apontado por alguns historiadores da psicanálise como o precursor do freudismo no Brasil, Freud passa a ser lido, ainda que de modo discreto, como uma importante referência contra a herança da degenerescência (LIMA, 2019). Ainda assim, não o bastante para uma ruptura

brusca com uma psiquiatria ainda baseada nessas concepções, segundo o autor, “não haveria como o discurso freudiano ser antídoto resolutivo contra a degenerescência porque as condições de possibilidade dessa recepção da psicanálise não estavam dadas pelo discurso corrente” (LIMA, 2019, p. 76). Conforme o autor, é preciso pensar na chegada da psicanálise não como uma instância etérea, incorpórea, e que se estabelece independente dos projetos políticos. Foucault, sobre o Estado e sua razão, diz que:

O Estado é, ao mesmo tempo, o que existe e o que ainda não existe suficientemente. E a razão do Estado é precisamente uma prática, ou antes, uma racionalização de uma prática que vai se situar entre um Estado apresentado como dado e um Estado apresentado como a construir e a edificar. A arte de governar deve, então, estabelecer suas regras e racionalizar suas maneiras de fazer, propondo-se como objetivo, de certo modo, fazer o dever-ser do Estado tornar-se ser. O dever-fazer do governo deve se identificar com o dever-ser do Estado (FOUCAULT, 2008 *apud* LIMA, 2019, p. 73).

Nesse sentido podemos considerar a psiquiatria como um dos dispositivos de execução da racionalidade do Estado, voltado para a realização do “tornar-se ser”, é a partir daí que, segundo o autor, se buscará compreender como se dá a relação entre psicanálise e Estado (LIMA, 2019).

De acordo com Foucault (1978 *apud* CRISTOFARO, 2019), a partir do século XVIII em diante, o poder do Estado passaria a ser reconhecido como o direito e também a obrigação de gerir a vida, de modo a exercer uma influência benéfica sobre a mesma, aprimorando, expandindo-a e isso através da aplicação de regulamentações e controles precisos sobre todas as facetas da vida. Assim, conceituou-se como biopoder, esse poder do Estado sobre a vida e as condições de vida da população (FOUCAULT, 1978 *apud* CRISTOFARO, 2019). Saúde, higiene, educação, natalidade, sexualidade e costumes, por exemplo, fazem parte das condições de vida e possuem, nesse sentido, dispositivos e tecnologias que as administram e as regulam; as ciências e as instituições são exemplos de instrumentos do biopoder (FURTADO & CAMILO, 2016).

A biopolítica seria assim, de acordo com Foucault, uma das facetas do biopoder que incide para o lado da população e almeja o seu controle, paralelo a biopolítica, tem-se a anátomo-política como a outra faceta do biopoder, esta por sua vez direcionada ao indivíduo e que tem como objetivo sua disciplinarização, ambas se integram, “de tal modo que disciplina e controle fazem parte de dois pólos de desenvolvimento (do poder sobre a vida) conectados por todo um conjunto de mediações dos relacionamentos” (FOUCAULT, 1978 *apud* CRISTOFARO, 2019, p. 15).

Foucault argumenta que a biopolítica emerge como uma forma insidiosa de poder, que mascara por trás da fachada de interesse no bem-estar coletivo, sua verdadeira intenção de fortalecer as estruturas hierárquicas de poder já existentes (FURTADO & CAMILO, 2016). Dessa forma, a biopolítica se refere ao controle exercido pelo Estado sobre as condições que afetam a vida, a saúde e as características da população, isso envolve aspectos como natalidade, mortalidade, saúde, costumes e expectativa de vida das pessoas, controle esse realizado através de um conjunto de medidas e políticas que na verdade atendem aos interesses do poder dominante (FURTADO & CAMILO, 2016; CRISTOFARO, 2019).

Segundo Cristofaro (2019), a relação entre psicanálise e biopolítica aparece em Foucault sob mais de uma perspectiva e de modo contraditório, em um primeiro momento, antes de *História da sexualidade*, Foucault vê a psicanálise como uma abordagem radical capaz de desafiar a construção de um conhecimento científico sobre o homem. Mais tarde, em *História da sexualidade*, junto a noção de biopoder, Foucault enxerga a psicanálise como mais uma ferramenta a serviço desse poder sobre a vida, uma prática de construção de subjetividades em acordo com as prerrogativas do biopoder (FURTADO & CAMILO, 2016).

Retomando o contexto de implantação da psicanálise no Brasil, os discursos correntes na psiquiatria se afastavam de um racismo científico e adotavam uma abordagem mais centrada no sanitarismo. Nessa direção, Castro (2015 *apud* LIMA, 2019) delineia a tese de que o que estava em vista pelos psiquiatras leitores de Freud dos anos 1920 e 1930, era um projeto de modernização do país por meio de uma “sublimação do id primitivo em ego civilizatório” (p.74), o que mostrava como plano de fundo uma preocupação com a modernização dos costumes da população. Nesse sentido, o autor defende que “não houve relação de exclusão mútua entre eugenia racista e eugenia sanitarista, mas de complementaridade conivente - ainda que de ênfases diferentes - em relação ao projeto civilizatório geral para o país” (LIMA, 2019, p. 78).

Ambos os discursos desembocam assim na fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1923, no Rio de Janeiro, que, apesar das críticas que já vinha se fazendo a ideia de degenerescência, promovia um discurso com um tom bastante eugenista, a exemplo do trecho a seguir (LIMA, 2019):

Todos os indivíduos, tarados, mal são nascidos, precisam naturalmente, sem restrição, da melhor e mais ampla higiene mental. Seria, pois, grande erro acreditar-se que nos males hereditários nada se pode conseguir com a higiene mental. Primeiramente, é certo, melhor seria se não nascessem tais indivíduos, e isto mesmo quer agora a eugenia (LOPES, 1931 *apud* LIMA, 2019, p. 77).

Assim, diante de todo esse cenário, o que fica evidente é mais uma relação entre higienismo e medicina do que propriamente a incorporação das premissas freudianas.

Lima (2019) ainda traz um importante contraponto feito por Patto (1999) a respeito da análise biopolítica de Foucault sobre o cenário brasileiro, mais especificamente, não sobre a leitura biopolítica em si, mas sobre a importação sem as devidas considerações de algumas especificidades da sociedade brasileira. Desse modo, a autora sublinha:

Numa sociedade na qual o medo da polícia era poderoso instrumento disciplinador, a barbárie é um fato e a cidadania não estava nem mesmo no horizonte mais remoto, faz sentido perguntar se o disciplinamento dos pobres esteve por conta de médicos e educadores (PATTO, 1999 *apud* LIMA, 2019, p. 80).

Assim, a particularidade do funcionamento da polícia brasileira desloca consideravelmente o centro de análise, ainda que, o discurso psiquiátrico tenha desempenhado um papel crucial na legitimação da desigualdade social e no controle autoritário da vida pública, a influência dos médicos foi menos intensa na vida urbana do que pode parecer, justamente pelo fato de que o grande agente executor dessas ideias era a polícia, que operava como bem entendia (PATTO, 1999 *apud* LIMA, 2019). Violência e repressão direta foram os instrumentos de excelência pelos quais o movimento higienista brasileiro buscou impor suas medidas de saneamento, quase sempre executados pelo aparato policial que repetia as velhas dinâmicas de poder entre dominantes e dominados (PATTO, 1999 *apud* LIMA, 2019).

Mbembe (2016), com base nas formulações de biopoder e biopolítica de Foucault, formula a noção de necropolítica para dar conta de explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte, que, amparado pelas novas tecnologias, estão menos preocupados em inscrever os corpos nos aparatos disciplinadores, do que realizar o extermínio do “inimigo”. Nesse sentido, a expressão máxima da soberania estaria no poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer, quem importa e quem é descartável.

De acordo com o autor, Foucault, já considerava o racismo como uma tecnologia importante na racionalidade do biopoder, incidindo diretamente sobre o campo biológico a partir de uma divisão da espécie humana em subgrupos, de modo a regular a distribuição de mortes e tornar possível a função assassina do Estado (MBEMBE, 2016). A construção de um discurso que elenca um inimigo em comum se torna uma tática utilizada para aceitabilidade dessas mortes por parte da população (MBEMBE, 2016). O holocausto do povo judeu foi um forte exemplo da política de morte do Estado nazista, não muito distante, tivemos em nossa realidade a escravidão, que situou sobre o corpo negro inúmeras atrocidades, que, mesmo depois de seu fim seus efeitos persistiram, sendo possível identificar nas estratégias

contemporâneas de aprisionamento, exploração e extermínio direcionado majoritariamente sobre essa população (MBEMBE, 2016).

Diante todas essas análises, também referenciado em Foucault, Demo (2004) nos reitera que conhecimento e poder estão totalmente imbricados, sendo impossível separá-los. Nesse sentido o conhecimento é político em seu interior, não sendo real uma perspectiva de neutralidades das ciências como foi disseminado pelo positivismo (DEMO, 2004). Em uma sociedade polarizada, marcada por desigualdades sociais, em que o poder dominante visa sempre sua manutenção e maximização, a manipulação de ideologias se torna ferramenta necessária e intrínseca ao poder, assim, “ciência pura, absolutamente inocente e desinteressada, é ficção esperta” (DEMO, 2004, p. 66)

Desse modo, segundo o autor, seria um dos compromissos fundamentais das ciências sociais o controle dessas ideologias dominantes, feitas não sob a isenção ideológica, mas a partir de outras ideologias mais bem fundamentadas. Como sublinha o autor, quando ciência se isenta dos problemas políticos, na verdade, faz política na contramão:

Se podemos constatar que os problemas existem e se deterioram e a ciência nada pode fazer, então no mínimo mascaram-se as coisas. Não é o caso de isenção ideológica, mas de mistificação dos comprometimentos concretos. A própria ideia de que a ciência nada tem a ver com a solução dos problemas revela que esta postura serve a alguém: àqueles que não têm os problemas e os solucionam às custas dos outros (DEMO, 2004, p. 74).

Vale destacar, em meio a essa discussão, como se deu a inserção da Psicologia no Brasil¹⁴, ocorrida sob o contexto da ditadura civil-militar que se instaurou no país entre os anos de 1964 e 1985 (SILVA, 2017). A autora promove um resgate histórico desse período no país marcado por inúmeros tipos de violência e violações dos direitos humanos, seja envolvendo tortura, repressão, censura à imprensa e a manifestações culturais, perseguições e imposição ideológica do estado ditatorial em todos os setores possíveis da sociedade brasileira.

Silva (2017) destaca que, durante um período considerável da ditadura, a Psicologia se posicionou de forma ambígua, ausente e conivente, diante dos abusos promovidos pelo estado à população. Devido à inserção, até então, recente no cenário brasileiro, a Psicologia ainda buscava se consolidar no país, portanto, adotou uma postura focada em questões técnicas na sua atuação, distante de discussões políticas e sociais. Por vezes, a Psicologia também se colocou de forma ativa a favor desse sistema, patologizando opositores políticos do estado

¹⁴ A Psicologia, enquanto profissão, foi regulamentada no Brasil pela Lei nº 4.119 de 27 de agosto de 1962.

ditatorial e promovendo práticas normativas e disciplinadoras a favor do regime (SILVA, 2017).

Essa realidade tomou novos formatos a partir da década de 80, quando parte importante da comunidade da Psicologia, incluindo os Conselhos, se posicionaram na direção de movimentos sociais contra a ditadura, endossando o direito de voto direto e o fim do regime. Novos debates surgiram na área, questionando-se o papel e compromisso social da Psicologia (SILVA, 2017).

De acordo com Borges (2017), essa é a nossa tarefa preliminar para se erigir as bases de uma psicologia/psicanálise que se quer brasileira, a tarefa de pensar como foi a nossa história civilizatória e sobre quais bases estamos sedimentados. Na mesma direção, Kon (2017) nos convoca à necessidade de examinarmos de forma mais profunda as marcas deixadas pela colonização em nosso país, que mesmo com as transformações, sobrevivem com o passar do tempo e organizam nossas relações sociais e modos de vida. Marcas essas que foram reprimidas e negadas, ao passo que uma narrativa de cordialidade e democracia racial foi disseminada (KON, 2017).

Assim, de acordo com a autora, compete a nós a responsabilidade de extrair dessas vivências os elementos essenciais para desenvolvermos uma prática psicológica/psicanalítica brasileira, uma prática capaz de contextualizar o falante e seu sofrimento dentro do contexto histórico em que está inserido, e dessa forma conseguir extrair da clínica sua função emancipatória (KON, 2017). De modo complementar, Rosa (2016, *apud* GUIMARÃES E JARDIM, 2019) observa que para além do reconhecimento dos impactos subjetivos da exclusão, está a dimensão ética envolvida, ética essa que implica a promoção de mudanças nas estruturas sociais e políticas que mantêm essa realidade social.

Um aspecto que emerge frente a essas discussões seria a suposta neutralidade política do analista como um elemento fundamental para sua atuação clínica. Nesse sentido, o que Guimarães e Jardim (2019) pontuam é que a posição de neutralidade na verdade não passa de uma construção da classe dominante, posição essa que ignora ou oculta a verdadeira história por trás. Assim, conforme os autores, a suposta objetividade epistemológica surge da distorção e da simplificação da realidade, que muitas vezes ignorou a narrativa do trabalho concreto e do sofrimento dos inúmeros sujeitos envolvidos.

Por fim, cabe salientar que o exercício profissional do psicólogo deve estar alinhado aos princípios do Código de Ética da Profissão. Dentre esses princípios, consta que “o psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência,

discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (CFP, 2005, p. 7). Ainda nessa direção, a resolução nº 18/2002, que trata sobre a atuação dos psicólogos em relação ao preconceito e a discriminação racial, estabelece no seu artigo 1º que: “os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão, contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo”.

2. UMA BREVE PERSPECTIVA PSICANALÍTICA DE SUJEITO E OS ATRAVESSAMENTOS DO RACISMO NOS PROCESSOS SUBJETIVOS

Em um primeiro momento buscou-se analisar como a noção de sujeito foi se desenvolvendo a partir da modernidade, por meio de novas formulações no campo do conhecimento que descentraram as noções de sujeito cartesiano. Pretendeu-se destacar as contribuições da psicanálise para essa nova racionalidade, passando por pontos da teoria que elucidam a constituição do sujeito. Em seguida, buscou-se analisar como o racismo incide sobre alguns processos do desenvolvimento subjetivo da pessoa negra, podendo criar para ela experiências particulares de sofrimento. Por fim, buscou-se levantar algumas reflexões acerca de uma psicologia pautada pela ética e pelo compromisso político com a superação do racismo e de outras opressões.

2.1. A EMERGÊNCIA DO SUJEITO E A PSICANÁLISE

Hall (2006) traça um esboço das principais mudanças na forma pela qual o sujeito foi conceitualizado no pensamento moderno, ainda que seja uma visão simplificada, conforme nos diz o autor, nos permite uma visualização de como a concepção de sujeito mudou em três pontos específicos: de uma versão particular de indivíduo humano que emergiu pela primeira vez na modernidade, seguido por uma versão mais sociológica e interativa, e como este foi depois descentrado pela teoria marxista, pela psicanálise e pela linguística, por exemplo.

Interessa-nos nesse momento as concepções de sujeito que foram sendo desenvolvidas nessas rupturas do pensamento moderno e que embasam as noções mais contemporâneas acerca do sujeito, em decorrência da abordagem do trabalho um maior foco será feito em uma leitura psicanalítica de sujeito e seus processos de desenvolvimento.

As transformações associadas à modernidade representaram uma ruptura com a ordem secular e divina que estabelecia para a pessoa sua posição e status na sociedade, o indivíduo, nesse contexto pré-moderno, vivenciava sua individualidade muito mais atrelada às tradições e à ordem divina do que de uma forma “soberana” (HALL, 2006). René Descartes (1596-1650), por exemplo, foi uma figura importante nessas postulações primárias a respeito da autonomia do sujeito, sendo inclusive considerado o “pai da filosofia moderna”. Em suas postulações estava o indivíduo consciente e racional ocupando o centro de seus processos mentais, daí a sua máxima: “Penso, logo existo” (HALL, 2006). O “sujeito cartesiano” seria então aquele caracterizado pela sua racionalidade, consciência, independência e

autodeterminação (HALL, 2006). Assim, de acordo com o autor, grande parte da história da filosofia ocidental consistirá em reflexões e refinamentos dessa concepção de sujeito.

É com a filosofia especulativa e posteriormente com o surgimento das ciências sociais, que essa noção de indivíduo começa a ser abalada, demonstrando que o mesmo está socialmente mediado (ADORNO E HORKHEIMER, 1956). À medida que as sociedades e as relações sociais foram se complexificando a noção de indivíduo passou a não dar mais conta. Emerge então uma concepção mais social de sujeito, na qual este passa a ser visto não mais como uma entidade independente, mas sim mais situado e definido no interior das estruturas e formações sociais mais amplas (HALL, 2006). De acordo com Nogueira (2021), a sociologia enfatizou a força da sociedade sobre o indivíduo, surgindo como um alerta contra a visão individualizante de sujeito que se torna o que é por sua própria natureza e atuação, assim, colocou em vista o peso e as responsabilidades da sociedade que até então permaneciam invisíveis devido ao enfoque no indivíduo e seus comportamentos.

Não obstante, de acordo com Hall (2006) e Nogueira (2021), críticas se fizeram sobre algo de um dualismo cartesiano que se manteve nas explicações sociológicas convencionais ao manter indivíduo e sociedade como entidades opostas, ainda que reconhecesse sua conexão. Segundo Nogueira (2021), esse hiato entre indivíduo e sociedade é ultrapassado com a emergência do pensamento marxista e suas noções de classe social. De forma análoga, Hall (2006) elenca cinco grandes avanços nos discursos do conhecimento moderno que tiveram como maior efeito o deslocamento da concepção de sujeito moderno, o pensamento marxista foi o primeiro deles.

Os escritos de Marx pertencem ao século XIX, no entanto, especialmente na década de 1960, algumas de suas afirmações foram redescobertas e interpretadas, como foi o caso da afirmação de que os “homens fazem a história, mas apenas sob as condições que lhes são dadas” (HALL, 2006, p. 34). Seus intérpretes interpretaram essa declaração como sugerindo que os indivíduos não poderiam ser vistos como os agentes de sua própria história, já que suas ações estariam condicionadas pelas circunstâncias históricas estabelecidas por outros, nas quais eles nasceram (HALL, 2006).

Nesse sentido, promove-se um deslocamento nas noções de agência e autodeterminação individual ao colocar a ênfase nas influências estruturais e históricas. De acordo com o estruturalista marxista Althusser (1966 *apud* Hall, 2006, p. 35): “ao rejeitar a essência do homem como sua base teórica, Marx rejeitou todo esse sistema orgânico de postulados. Ele expulsou as categorias filosóficas do *sujeito do empirismo*, da *essência ideal*, de todos os domínios em que elas tinham reinado de forma suprema”. Ainda que seu trabalho

tenha sido alvo de críticas por teóricos humanistas, a abordagem teve um impacto significativo na filosofia e no pensamento social (HALL, 2006).

Um segundo abalo na noção de eu soberano, consciente e racional vem com as formulações de Freud sobre o inconsciente, que passa a ser entendido como uma estrutura particular do psiquismo e determinante da subjetividade, assim o eu e a consciência são deslocados do centro do psiquismo, cindindo o sujeito em duas formas de funcionamento, a consciente e a inconsciente, onde este último assume uma primazia (TOREZAN & AGUIAR, 2011). É nesse sentido que Freud afirma que o “eu não é o senhor nem mesmo da sua própria morada” (FREUD, 1916/1917, p. 295), evidenciando a presença de processos inconscientes na determinação subjetiva (JORGE, 2008).

Para a psicanálise, a identidade do sujeito não se desenvolve naturalmente, como algo já intrínseco, mas na relação com os outros, em um processo gradual, parcial, em complexas negociações psíquicas inconscientes (HALL, 2006). Nessa direção faz mais sentido falarmos em identificação, entendendo como um processo em andamento, do que em identidade como referida a algo acabado, fechado em si (HALL, 2006). Em Freud a noção de identificação assume um lugar central no processo de constituição do sujeito, podendo colocar em vista uma complexa dialética entre sujeito e social que renova a histórica problemática entre tais termos (MEZAN, 2006).

Antes de um aprofundamento em alguns dos processos constituintes do sujeito por uma perspectiva psicanalítica, é o caso a pontuação de uma outra contribuição para o pensamento pós-moderno que inclusive incidiu fortemente sobre o pensamento psicanalítico, especialmente através de Lacan (HALL, 2006). Tal descentramento esteve associado ao trabalho do linguista estrutural Ferdinand de Saussure, segundo o autor, ao falarmos uma língua, não expressamos apenas nossas afirmações ou pensamentos mais internos, mas ativamos a imensa gama de significados já presentes na língua e em nosso sistema cultural, nesse sentido não seríamos os autores dos enunciados que fazemos, pois, anterior ao indivíduo preexiste a língua, que é um sistema social e não individual (HALL, 2006). De acordo com o autor:

O que modernos filósofos da linguagem - como Jacques Derrida (1981), influenciados por Saussure e pela “virada linguística” argumentam é que, apesar de seus melhores esforços, o/a falante individual não pode, nunca, fixar o significado de uma forma final, incluindo o significado de sua identidade. As palavras são “multimoduladas”. Elas sempre carregam ecos de outros significados que elas colocam em movimento, apesar de nossos melhores esforços para cerrar o significado. Nossas afirmações são baseadas em proposições e premissas das quais nós não temos consciência, mas que

são, por assim dizer, conduzidas na corrente sanguínea de nossa língua (HALL, 2006, p. 41).

Lacan faz então uma leitura da obra freudiana a partir das contribuições da linguística estrutural de Ferdinand de Saussure, do estruturalismo de Lévi-Strauss, além da filosofia de Hegel e Heidegger, o que permite um resgate de fundamentos freudianos que estavam perdendo seu vigor em meio a um contexto de monopolização institucional da psicanálise e distorções na teoria e prática freudiana (ZIZEK, 2010).

O retorno à obra de Freud, como ficou conhecido o seu trabalho, representou um retorno ao sentido de Freud, à originalidade e radicalidade presente em sua obra (JORGE, 2008). Lacan trouxe a psicanálise de volta para o seu campo da linguagem, lugar do qual muitos psicanalistas pós-freudianos haviam se afastado (JORGE, 2008). Se a psicanálise era uma “cura pela fala”, era preciso se basear numa certa noção de fala, segundo Lacan (ZIZEK, 2010). Freud via o inconsciente não como um lugar exclusivamente de pulsões violentas, mas um terreno em que uma verdade traumática fala abertamente (ZIZEK, 2010).

A descoberta de Freud é a do campo das incidências, na natureza do homem, de suas relações com a ordem simbólica, e do remontar de seu sentido às instâncias mais radicais da simbolização no ser. Desconhecer isso é condenar a descoberta ao esquecimento, a experiência à ruína (LACAN, 1953 *apud* JORGE, 2008, p. 65).

Em *A interpretação dos sonhos*, por exemplo, Freud nos revela um saber produzido pelo sonho que, ainda que apareça deformado, consegue ser decifrado num processo de análise a partir das associações do sujeito (JORGE, 2008). Freud observa a mesma característica no sintoma, que porta uma mensagem codificada sobre os desejos, segredos e traumas inconscientes do sujeito (ZIZEK, 2010). Nesse sentido, Freud nos dá notícias de um saber que o sujeito porta sobre a sua verdade inconsciente, ainda que ele não saiba que sabe (JORGE, 2008). No seminário *Mais, ainda*, Lacan afirma que “o inconsciente é o testemunho de um saber, no que em grande parte ele escapa ao ser falante”, e “se o inconsciente nos ensinou alguma coisa, foi primeiro o seguinte: que em alguma parte, no Outro, isso sabe” (LACAN, 1985 *apud* JORGE, 2008, p. 66).

Para Lacan a psique humana é constituída por três níveis entrelaçados: o simbólico, o imaginário e o real, segundo Zizek (2010), estes níveis poderiam ser ilustrados por um jogo de xadrez, onde as regras do jogo representariam o simbólico; o imaginário, as imagens de cada peça e seus nomes; e o real, que seria as circunstâncias contingentes que afetam o curso do jogo. A dimensão simbólica envolve as normas sociais, as leis e as estruturas simbólicas que moldam nossa compreensão sobre o mundo e nossa interação com os outros, essa

dimensão é mediada pela linguagem e pela cultura (ZIZEK, 2010). Quando falamos não estamos apenas interagindo com os outros, o Outro sempre está lá, ele que é o ponto de referência que fornece um horizonte de significados que moldam a percepção do sujeito sobre o mundo e sobre si mesmo (ZIZEK, 2010). Assim, seguindo os passos de Lévi-Strauss, Lacan indica que anterior ao nascimento do sujeito há uma ordem significativa que o antecede, e que o mesmo adentra através da linguagem (TOREZAN & AGUIAR, 2011). O inconsciente, lugar onde os significantes se articulam de modo particular, estaria assim organizado como uma linguagem, essa que, ao mesmo tempo que revela o Real por meio de significantes substitutos, também o encobre tornando inacessível ao conhecimento do sujeito (NOGUEIRA, 2021).

O real de Lacan estaria relacionado à noção de pulsão em Freud, esta que começa a ser desenvolvida enquanto conceito com a publicação dos *Três Ensaios da Teoria Sexual* (1905), entretanto ela vai ganhando novos contornos ao longo de sua obra (TOREZAN & AGUIAR, 2011). Em *Mais Além do Princípio do Prazer*, Freud (1920) apresenta uma outra teoria das pulsões, já levantando os pilares da sua segunda tópica e iniciando uma nova forma de pensar a subjetividade (TOREZAN & AGUIAR, 2011). Nesse texto, propõe uma distinção entre pulsão de vida que agruparia as pulsões sexuais e as pulsões do eu, e a pulsão de morte. Por ter uma característica de retorno a um estado anterior, a pulsão de morte teria um caráter conservador e estaria relacionada ao conceito de compulsão à repetição e, diferentes das pulsões de vida, que seriam “numerosas e ruidosas”, a pulsão de morte seria “silenciosa, invisível e indizível” (TOREZAN & AGUIAR, 2011). Lacan retorna a esse ponto e propõe que a diferença estaria no modo de apresentação da pulsão e não em sua natureza, assim, tem-se um “campo pulsional que é capturado pelo aparato psíquico, que pode ser inscrito no inconsciente e inserido na ordem do Simbólico”; e em sua outra forma de apresentação, “o campo pulsional que escapa à representação no psiquismo, estando, assim, fora do Simbólico e inserido no registro do Real” (TOREZAN & AGUIAR, 2011, p. 538).

Dando continuidade a tríade, o Eu é também uma construção imaginária, no sentido da imagem que o sujeito tem de si mesmo, a qual também engloba sua imagem corporal. Essa apreensão da própria imagem se inicia em uma fase que Lacan denominou como Estádio do Espelho, momento em que se inaugura para a criança uma primeira noção de identidade através da percepção de sua própria imagem refletida no espelho (JORGE, 2008). Tanto na construção simbólica como na imaginária a presença do Outro é fundamental, pois é o seu olhar e o seu reconhecimento, no caso da mãe nesse momento, que permite que a criança também se reconheça e se identifique naquela imagem especular, assim, é na relação com

outro e pelo outro que a criança constrói essa primeira identificação (NOGUEIRA, 2021). Dessa forma, o que está garantido para a criança nessa fase é a conquista da sua própria imagem corporal, vista agora como uma “unidade”, diferente de anteriormente onde o que se tinha era uma confusão entre si mesmo e o outro (JORGE, 2008).

Como o processo de identificação é contínuo, a relação da criança com a própria imagem é apenas uma parte constituinte da sua identidade, de acordo com Freud (1923) se percebe também uma outra identificação tão primária e direta quanto qualquer outra, que é a identificação com as figuras maternas e paternas. Como já exposto, a noção de identificação foi sendo enriquecida ao longo da obra freudiana, e observou-se, nesse sentido, uma importância relevante dos efeitos do complexo de Édipo na estruturação da personalidade do sujeito, onde os objetos perdidos por consequência das interdições impostas só são abandonados porque em alguma parcela também são introjetados pela criança (FREUD, 1923). Nessa direção, a identificação seria um "processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, (...) parcialmente, segundo o modelo desse outro" (LAPLANCHE, 2001, p. 226). Assim, a identificação seria a condição para o Eu abandonar esses objetos (FREUD, 1923).

Segundo a psicanálise, é a vivência de um fracasso na identidade narcísica que leva o Eu a se lançar em busca de novas identificações no mundo social, numa procura de recuperar o prazer fantasiado de uma identidade plena e unificada (HALL, 2006). Assim, são essas identificações estruturantes que permitem a saída do sujeito de uma posição narcísica ou imaginária, ao mesmo tempo que promovem o seu acesso a ordem da cultura, nesse contexto, não só os pais servirão de referência para a criança, mas também seus familiares, seus pares, a escola, a comunidade e todas aquelas presentes em seu meio que de diferentes formas irão prescrever o que é permitido, proibido e esperado (COSTA, 2021).

Segundo Freud (1914), uma instância particular, nomeada como Ideal do Eu, foi erigida dentro do sujeito como efeito das repressões dos impulsos libidinais quando em conflito com a moral e a cultura. Esse ideal passou então a servir de referência para o Eu, servindo de medida para seus comportamentos (FREUD, 1914). De acordo com Freud (1914), o narcisismo infantil perdido e assim toda a perfeição que se encontrava sob a posse da criança é readquirida ao se deslocar para esse novo ideal do eu, que encontra sua satisfação à medida que o Eu o cumpre. Esse ideal é visto como uma corporificação da crítica dos pais, dos educadores, somada à todas as outras vozes do meio social, o que coloca em vista que em sua formação individual repousam também os ideais de uma sociedade (COSTA, 2021).

Nesse sentido, como se estrutura o Ideal do Eu da pessoa negra em meio a uma realidade em que a branquitude se constrói como o ideal?

2.2. RACISMO E SUBJETIVAÇÃO

Souza (2021) é uma das autoras que inaugura o estudo sobre as vivências emocionais do negro na sociedade brasileira, através de relatos marcantes em seu livro *Tornar-se negro*, nos dá algumas ideias da experiência vívida de ser negro em uma sociedade racista, experiências essas que vão se delineando desde cedo no seio da própria família. É o que vemos, por exemplo, no relato que ela traz de Pedro que, embora curto, nos permite visualizar a brutal marcação vivida pelo sujeito de cor: “Minha mãe dizia: Você é um negro. Dizia isso me sacudindo... para mostrar que eu não era da mesma origem dela” (SOUZA, 2021, p. 56).

Como discorre Kilomba (2019), a palavra “negro” não é neutra, é uma palavra que tem sua origem no contexto da escravidão e da colonização e está ligada a experiências de opressão racial, dor e sofrimento. Sua origem remonta a palavra latina *niger*, que denomina cor preta, entretanto ao final do século XVIII passou a ter um sentido pejorativo ao ser utilizada como forma de insulto para atribuir um senso de inferioridade e menos valia. Nesse sentido a palavra negro passou a designar não só a cor preta como trazia em si uma rede de outros significados como: “primitividade, animalidade, ignorância, preguiça, sujeira, caos, etc” (p. 156). Assim, conforme a autora, é no campo do discurso que o racismo se opera, funcionando por meio de uma série de imagens e palavras que pretendem fixar as identidades raciais, nesse sentido, ser chamado de negro não é apenas ser chamado de negro, mas é também ser chamado por todos esses significados que foram historicamente associados à palavra (KILOMBA, 2019). A autora ainda analisa que nessa relação uma cena colonial é ativada, e se reafirma uma relação dicotômica entre branco e negro, que encontra suas raízes na relação entre senhor e escravizado:

Há uma dinâmica de orgulho-vergonha nesse relacionamento colonial. Enquanto a pessoa negra é humilhada e desonrada em público, aquelas/es que a ofenderam têm a chance de desenvolver um senso de poder e autoridade, diretamente ligado à sua degradação. Essa cena revive, assim, um trauma colonial [...] a posição subordinada de uma (desonra/vergonha) garante a posição de poder da outra (honra/orgulho). Nesse sentido, toda a performance do racismo cotidiano pode ser vista como uma reatualização da ordem colonial (KILOMBA, 2019, p. 158).

Um outro relato que também nos mostra o peso da atitude e do olhar branco nos é compartilhado por Fanon (2020), a voz dessa vez é de uma garotinha branca que ao vê-lo

lança as seguintes frases para a mãe: “Olhe, um negro! Olhe, um negro! Mamãe, olhe o negro, estou com medo!” (p. 127). O que foi recebido inicialmente com um riso, foi cedendo espaço para um constrangimento e já era impossível, segundo o autor, se divertir com isso, seu corpo lhe era devolvido “desmembrado”. É no olhar branco que o sujeito sente o peso de sua melanina, que se percebe como o outro do branco, este que é a referência, o humano, o universal (FANON, 2020). Como no relato inicial, a marcação da diferença muitas vezes começa em casa, diferença essa que não abriga uma neutralidade, mas pretende demarcar uma inferioridade, subalternidade e menos valia do negro em relação ao branco, este que será a referência a partir da qual o negro se definirá (SOUZA, 2021).

É comum entre os autores a constatação de que o olhar branco assume um peso fora do comum, capaz de tirar a espontaneidade da pessoa negra que passa a se comportar tendo o olhar do outro como referência (FANON, 2020; SOUZA, 2021). Em um dos relatos trazidos por Souza (2021), por exemplo, uma das entrevistadas fala sobre a necessidade de ter que entrar nos espaços já se impondo, de não poder entrar em um restaurante naturalmente, mas já numa postura prévia de defesa, tal posição de guarda seria um modo de evitar ataques, discriminação, fazendo-se perceber como uma pessoa digna, que merece ser respeitada.

Segundo Souza (2021), uma das variáveis que sustentam as particularidades do racismo é o mito negro. “O mito é um discurso - verbal ou visual - uma forma de comunicação sobre qualquer objeto [...] É uma fala que objetiva escamotear o real, produzir o ilusório, negar a história, transformá-la em “natureza”. Instrumento formal da ideologia” (SOUZA, 2021, p. 54). O mito negro foi sendo construído a partir de uma desvalorização sistemática das características étnico-raciais do negro, o cabelo “ruim” é um dos maiores exemplos de como o cabelo afro foi sendo representado de forma pejorativa na sociedade branca, adjetivação que ainda segue naturalizada no discurso corriqueiro e que motiva a busca, desde muito cedo, por técnicas de alisamento para se livrar dessa característica negra (COSTA, 2021). A estética branca é a autoridade, e é ela quem define o belo e o feio, o sujo e o limpo, o aceitável e o recusável, incitando na pessoa negra uma relação de conflito e perseguição com o próprio corpo, de modo que ele atenda as exigências e os ideais de beleza hegemônicos (COSTA, 2021; SOUZA, 2021).

De um ponto de vista das dinâmicas intrapsíquicas, uma primeira característica da violência racista é a tentativa de destruição da identidade da pessoa negra, que vivencia de modo particular alguns processos que desempenham um papel fundamental na construção subjetiva, a saber, o olhar e o desejo do outro, assim como a construção da sua imagem corporal (COSTA, 2021).

O corpo ou a imagem corporal eroticamente investida é um dos componentes fundamentais na construção da identidade do indivíduo. A identidade do sujeito depende, em grande medida, da relação que ele cria com o corpo. A imagem ou o enunciado que o sujeito tem de si está baseado na experiência de dor, prazer ou desprazer que o corpo obriga-lhe a sentir e a pensar. Para que o sujeito construa enunciados sobre sua identidade de modo a criar uma estrutura psíquica harmoniosa é necessário que o corpo seja predominantemente vivido e pensado como local e fonte de vida e prazer (COSTA, 2021, p. 30).

Como já exposto anteriormente, é na fase do espelho que a criança conquista a imagem totalizante do corpo, tendo a mediação do outro enquanto instância reconhecedora, papel essencial nessa construção imaginária (NOGUEIRA, 2021). Nesse sentido, conforme nos questiona a autora, como fica a experiência do espelho para a criança negra que vê em sua imagem os significados que a pele negra traz como significante? (NOGUEIRA, 2021). Souza (2021) nos traz um relato muito rico que nos permite visualizar as particularidades que essa experiência comporta para a criança negra:

Contam que [quando era pequena] eu falava muito sozinha, tinha amigos invisíveis, falava muito na frente do espelho. Era uma sensação de me reconhecer, de identidade minha, de me sentir; falava comigo mesma, me achava feia, me identificava como uma menina negra, diferente. Não tinha nenhuma menina como eu. Todas as meninas tinham o cabelo liso, nariz fino. Minha mãe mandava botar pregador de roupa no nariz pra ficar menos chato. [...] Depois eu fui sentindo que aquilo [olhar no espelho] era uma coisa ruim. Um dia eu me percebi com medo de mim no espelho, e um dia tive uma crise de pavor, e foi terrível. Fiquei um tempo grande assim: não podia me olhar no espelho, como medo de reviver aquela sensação (SOUZA, 2021, p. 66).

Nesse relato, podemos ver, com base em Nogueira (2021), que o fascínio dessa experiência é acompanhado por uma sensação de repulsa à imagem virtual oferecida pelo espelho. A ‘assunção jubilatória’ é seguida de uma negação do semblante que a imagem especular oferece, pois a criança reluta em aceitar uma imagem de si que não encontra correspondência na imagem do desejo da mãe (NOGUEIRA, 2021). Dessa forma, a criança se veria impelida a encontrar nessa imagem algo que a reconciliasse com o desejo materno - a brancura - e, nessa dinâmica de identificação/não identificação, algo de si mesma precisaria ser negado para afastar esse componente de rejeição que a pele e os traços negros envolvem (NOGUEIRA, 2021).

As identificações oferecidas pelos pais representam a mediação entre o indivíduo e a cultura, mediação essa que se faz a partir das trocas afetivas no interior dessa família e da rede de significados disponibilizados pela cultura (COSTA, 2021). Como exposto, o Ideal do Eu é formado em meio às trocas entre o sujeito e a família, entre o sujeito e os vários outros

sociais, de modo que são incorporados, de forma inconsciente, um conjunto de imagens, discursos e ideais coletivos que, por fim, formarão um ideal individual que guiará as realizações do Eu (COSTA, 2021). Portanto, o Ideal do Eu está vinculado ao domínio do simbólico, lugar dos discursos e das normatizações sociais (SOUZA, 2021). Em uma sociedade marcada por uma hegemonia branca, na qual a branquitude se representa como a encarnação das características mais virtuosas do ser humano, à pessoa negra é oferecido um modelo de ideal incompatível com a realidade de seu corpo: o ideal da brancura (COSTA, 2021; SOUZA, 2021).

A realização do Ideal é uma exigência que o Superego vai impor ao Ego, e o seu grau de satisfação será proporcional a realização deste ideal, quanto mais o Eu se aproxima do seu Ideal, maior será a harmonia interna e o sentimento de realização experimentado pelo sujeito (FREUD, 1923). Por outro lado, um conflito entre o Eu e a realização desse Ideal, traria para o sujeito sentimentos de insatisfação (FREUD, 1923).

Tendo isso em vista, não é difícil imaginar a relação persecutória que a pessoa negra poderá criar com o próprio corpo a fim de atender um ideal de embranquecimento. Nesse sentido, um primeiro traço da violência racial, conforme aponta Souza (2021), é o expurgo da mancha negra do corpo, que é o que notamos, por exemplo, no caso citado acima, quando a mãe manda a filha utilizar um prendedor de roupa no nariz para que ele afinasse (SOUZA, 2021). Aqui, têm-se a ilusão de que uma característica fenotípica poderia ser alterada pelo uso de um instrumento aplicado à superfície do corpo, o pensamento racional cederia espaço à um impulso irracional que imaginariamente realizaria o desejo (COSTA, 2021). Entretanto, se o prendedor de roupa não é capaz de realizar tal feito, a realização de cirurgias plásticas é um caminho mais eficaz. De acordo com informações da Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética (ISAPS)¹⁵, a rinoplastia é o quarto procedimento cirúrgico mais realizado no Brasil, estando ao lado da cirurgia nas pálpebras, aumento dos seios e lipoaspiração.

Para outros, o ideal de embranquecimento seria alcançado por outras vias, renegando o estereótipo do comportamento negro e assimilando um estereótipo de comportamento que acredita-se ser propriedade do branco, nesse sentido, tal comportamento seria composto por determinadas condutas, certos modo de expressão e manifestações da intelectualidade, bem como a possibilidade de se localizar em situações de prestígio e ascensão social (COSTA, 2021; SOUZA, 2021).

¹⁵ A pesquisa global sobre procedimentos estéticos é realizada periodicamente, esta refere-se ao ano de 2021. Disponível em: <https://www.isaps.org/media/hdmi0del/2021-global-survey-press-release-portuguese-latam.pdf>

Conforme discutido por Souza (2021), a opressão racial combinada à opressão de classe lança as bases para a formação do Ideal do Ego. O imperativo de sucesso associado à ideia de que a pessoa é a responsável pelo próprio êxito, intensifica as exigências impostas ao Eu, que sob o peso desse ideal se vê numa luta incessante para conquistar o tão almejado lugar na sociedade (SOUZA, 2021). Em um dos relatos trazidos pela autora, vemos uma situação ainda mais radical nesse sentido, e o entrevistado passa a assumir um modelo de Ideal do Ego do dominador:

[O passado escravista] não interfere em nada. Para algumas pessoas, sim. Mas para os que não têm essa mentalidade de escravo, que até se acham superiores, isso não interfere em nada. [...] A maior parte dos negros não consegue um lugar ao sol por suas próprias incapacidades: preguiça, falta de força de vontade. Apesar dos obstáculos, eu consegui o maior posto dentro do navio, depois do comandante (SOUZA, 2021, p. 69-70).

Segundo Souza (2021), a tensão entre o Ego e o Ideal do Ego não é vivida exclusivamente pela pessoa negra, mas por todo sujeito que experimenta a insatisfação decorrente do fracasso em não alcançar o Ideal, entretanto o que fica nítido é que nos diferentes níveis de não satisfação, a pessoa negra experimenta uma dramática insatisfação a despeito das suas conquistas, visto que a relação entre o Eu e o Ideal é caracterizado por uma acentuada defasagem.

Na tentativa de realização do Ideal, o Ego lança mão de um esforço redobrado, se colocando na obrigação de potencializar suas capacidades (SOUZA, 2021). Nas entrevistas realizadas por Souza (2021) foi unânime entre os participantes negros o imperativo de ter que ser “o melhor” ou ainda, em outros momentos, ter a carreira mais nobre, ser o mais inteligente, ser maravilhoso, ter sucesso, seja na realidade ou na fantasia, ora para se afirmar, ora para ser aceito, ou então para compensar o “defeito” (SOUZA, 2021).

Entretanto, mesmo sendo ‘o melhor’, isso não lhe garante êxito, pois o Ideal do Ego formado pelos ideais dominantes é branco, e isso, lhe é impossível de ser conquistado (SOUZA, 2021). Assim, frente ao irrealizável, o sujeito se vê diante duas saídas: “sucumbir às punições do Super-Ego ou lutar ainda mais buscando encontrar novas saídas” (SOUZA, 2021, p. 73). A melancolia, em suas diversas intensidades, representa a alternativa em que o ego sucumbiu, tornando-se uma condição psicopatológica que reúne sentimentos recorrentes de perda de autoestima, bem como relatado pelos participantes entrevistados pela autora. Assim, decepcionados por não corresponderem às expectativas impostas, eram comuns sentimentos como autodesvalorização, inferioridade, insegurança, retraimento e conformismo (SOUZA, 2021).

2.3. REFLEXÕES INICIAIS PARA UMA CLÍNICA DECOLONIAL

A modernidade criou ficções, dentre elas a suposta autoridade para dominar territórios e povos, produzir discursos universais, imagens e realidades baseadas na exploração do capital, na destrutividade do racismo e do sexismo. Incorporados e atualizados na nossa existência cotidiana (VEIGA, 2021; VERGÈS, 2019, KILOMBA, 2019). De que forma a colonialidade permanece presente? Nomear essas violências e reconhecer de que modo elas continuam se torna fundamental para o seu rompimento (NÚÑEZ, 2021). O Brasil que fala uma língua e que tem o cristianismo como religião oficial foi ficcionado. Construído e mantido, conforme aponta a autora, com base no etnocídio, ou seja, na matança de uma diversidade de povos e modos de vida que, ainda hoje, têm sua existência e territórios ameaçados pela ganância do lucro (NÚÑEZ, 2021). Nesse sentido, como exercer cuidado e acolhimento a essas formas de sofrimentos, sem o reconhecimento do que foram e do que ainda são esses processos coloniais? Ajustar as lentes que foram formadas em meio a esses processos se torna uma necessidade (NÚÑEZ, 2021).

Habitamos um mundo de ficções, e no meio dele, as nossas próprias são criadas. A questão surge quando essas narrativas nos aprisionam em modos fixos de existência, limitando a possibilidade de criar outros modos de ser, de se relacionar e de pensar (VEIGA, 2021). “É a chegada de um corpo descolonizado que garante a continuidade da vida” (VEIGA, 2021, p.39). O mundo colonizado se funda na violência, opera um corte na realidade dividindo quem a exerce e quem a sofre, é a violência do “branco sobre o negro, do homem sobre a mulher, do cis sobre o trans, do hetero sobre o homossexual” (VEIGA, 2021, p. 81).

Como é ser uma pessoa trans em um país que mais mata¹⁶ LGBTQIA + no mundo? Como é ser um jovem negro morador de periferia tendo um corpo que historicamente é alvo da polícia? Como é para uma mulher negra conquistar espaços de poder em um país que ainda a associa a lugares de subserviência? O que representa, por exemplo, termos um poder judiciário formado apenas por pessoas brancas, quando há pessoas negras à altura para ocupar as cadeiras?

O sofrimento psíquico é da ordem do político, “é tempo de ampliarmos a compreensão de que o que se passa no mundo nos atravessa e produz subjetividades” (GUATTARI, 1992

¹⁶ Há mais de 10 anos o Brasil segue liderando o ranking dos países que mais matam LGBTQIA + no mundo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/23/ha-13-anos-no-topo-da-lista-brasil-continua-sendo-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo>

apud VEIGA, 2021). Nesse sentido, o que o contemporâneo nos diz? O que nossos ouvidos estão escutando? (VEIGA, 2021)

Se compreendemos que a realidade em que vivemos é uma construção política e que o que uma sociedade estabelece como verdades dominantes influencia os sujeitos que a compõem, concluímos que uma mudança significativa é necessária para que novas estruturas sociais e políticas possam se dar (VEIGA, 2021). “O fim do racismo, por exemplo, só seria possível com o fim do mundo tal como o conhecemos (VEIGA, 2021, p. 34).

A dimensão política da clínica, segundo o autor, envolve o fazer ruir esse mundo colonial nos sujeitos que atendemos, favorecendo o desmoronar das estruturas de poder que moldam as experiências subjetivas, permitindo que cada paciente crie condições para o exercício da autonomia e liberdade (VEIGA, 2021). Nessa direção, a partir de uma cosmologia afro diaspórica, o autor nos convida a descolonização de nossos corpos tendo como referência o Complexo de Nanã.

O Complexo de Nanã representa uma “estratégia ética, estética e política” para a descolonização das nossas formas de existir. Segundo essa visão, somos formados pelo barro de Nanã, o que indica que somos feitos por um elemento flexível e moldável. Nossa forma finita é originada a partir de uma matéria infinita em suas potencialidades de transformação (VEIGA, 2021).

Acessar o limitado que nos constitui e nos excede seria, a partir dessa perspectiva, a ética da clínica. A palavra ética vem do radical *ethos* que é o mesmo radical da palavra *atitude*. Pensar a ética clínica seria pensar uma atitude sobre os limites que estão postos para dada subjetividade. A ética enquanto atitude sobre o limite/limitação segue a dimensão estética da clínica que reside na capacidade de transmutação das subjetividade em formas outras de ser e estar, reside na criação de novos modos de viver (VEIGA, 2021, p. 32)

Esse processo de criação se daria por um retorno ao barro de Nanã, a proposta é voltar a esse elemento primordial, para a partir desse ponto, renascer. Esse renascimento seria uma experiência de morte, mas não em seu sentido absoluto, que nos afasta deste plano da realidade, mas sim a morte de modos particulares de funcionamento enquanto sujeito, o que implica a “morte das ficções que inventaram a despeito de nós e das que inventamos a respeito de nós” (VEIGA, 2021, p. 33). Um processo de morrer para continuar a viver, que se torna possível quando nos permitimos regressar ao colo de Nanã, nos fundindo com a terra, onde reencontramos a maleabilidade e a potencialidade da matéria que constitui nossa existência e torna possível novos modos de vida (VEIGA, 2021).

3. METODOLOGIA

Considerando as tramas do racismo estrutural e a politicidade¹⁷ humana envolvida no objeto de estudo, optou-se pelo uso de uma metodologia qualitativa de pesquisa. A abordagem qualitativa é própria para a investigação de fenômenos sociais e humanos, pois aborda um nível de realidade que não poderia ser traduzida satisfatoriamente em termos numéricos e estatísticos (MINAYO, 2009). É de interesse da pesquisa qualitativa as informações construídas no encontro dialógico entre pesquisador e sujeito-objeto, lugar em que se torna possível o acesso a níveis de profundidade subjetiva e suas construções simbólicas significativas (DEMO, 2001).

Nesse encontro o saber não comparece sem o trabalho ativo do pesquisador, desde a atenção às artimanhas da comunicação que mais ocultam do que revelam, até o trabalho de interpretação das informações (DEMO, 2001).

Dessa forma, as entrevistas se constituem como instrumento privilegiado de coleta e construção de informações em pesquisa social, por meio dela é possível captar, por exemplo, as opiniões, os valores e as experiências de vida de pessoas que serão chave no processo de investigação (LIMA, 2016).

Tendo isso em vista e buscando alcançar os objetivos da presente pesquisa, foram entrevistados quatro participantes, sendo dois profissionais da Psicologia que atuam na clínica há mais de três anos e, além desses requisitos, almejou-se que um desses psicólogos tivesse uma formação e um trabalho atento e sensível às questões raciais. Os outros dois participantes foram pessoas de identidade étnico-racial negra, um homem e uma mulher, acima de 18 anos. Nesse sentido, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os psicólogos, de forma individual; e entrevistas narrativas com os dois participantes autodeclarados negros, também de forma individual. A busca pelos participantes foi realizada através das redes profissionais e sociais das pesquisadoras e os encontros foram presenciais ou remotos, deixando à escolha dos participantes. No momento da entrevista, foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com o intuito de esclarecer a finalidade, os riscos e benefícios da pesquisa. As entrevistas foram conduzidas a partir do sigilo ético e profissional, sendo garantido o anonimato dos participantes.

Nas entrevistas semiestruturadas com os profissionais da saúde mental, um roteiro foi previamente elaborado contendo as principais perguntas que orientaram a pesquisadora na

¹⁷ De acordo com Demo (2001), a politicidade é uma característica própria do objeto de estudo social, diz respeito às negociações do sujeito diante as limitações da realidade, sua capacidade de se fazer sujeito da própria história mesmo diante das impossibilidades.

conversa com o entrevistado (LIMA, 2016). O roteiro, em anexo, não teve um caráter rígido e as perguntas puderam ser adaptadas no decorrer da entrevista (LIMA, 2016).

As entrevistas narrativas, realizadas com os outros dois participantes, pela sua própria característica, permitiram que os sujeitos desenvolvessem narrativas próprias sobre suas experiências de vida, seus processos de adoecimento e de superação, tendo um potencial revelador de como as representações sociais e as estruturas de poder se envolvem nos processos de adoecimento do sujeito (VASCONCELOS, 2006). Além disso, por promover um espaço de protagonismo do sujeito, se constitui como uma ferramenta importante no fortalecimento de vozes que em outros momentos foram silenciadas e deixadas à margem por uma sociedade preconceituosa e normalizadora (VASCONCELOS, 2006).

Anterior a seleção dos participantes, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, obtendo aprovação sob o protocolo de nº 70894723.0.0000.0023. As entrevistas realizadas foram gravadas e em seguida transcritas. As entrevistas narrativas foram redigidas no formato de narrativa e passaram por revisão do participante. Os entrevistados foram: Helen, mulher negra, 28 anos, atualmente moradora do Guará; Renato, 33 anos, homem negro, haitiano, está no Brasil há 8 anos e reside em São Sebastião há 4 anos; Lina, mulher negra, psicóloga clínica, militante e atuante no CFP; Kessia, 28 anos, mulher branca, psicóloga clínica há quatro anos, residente de Planaltina.

As informações produzidas por meio das entrevistas foram analisadas através da Hermenêutica de Profundidade de Thompson, reinterpretada por Demo (2001). Nesse referencial metodológico, a análise se dá em três níveis: 1) Análise Sócio-Histórica; 2) Análise Formal e 3) Interpretação/Reinterpretação. Na análise sócio-histórica procurou-se evidenciar a formação histórica e social do objeto de investigação, pois entende-se que sua formação atual também é fruto de um processo histórico, localizado em um determinado contexto social. Na análise formal, buscou-se encontrar na complexidade aquilo que pode ser estruturado, aí cabe as repetições, as recorrências na comunicação, os processos inconscientes expressos no discurso, a exemplo dos atos falhos, que possibilitam novos campos de sentido. Por fim, a reinterpretação, que consistiu em uma construção criativa de possíveis significados a partir do diálogo entre as duas etapas anteriores e o referencial teórico. Construção que se fez em um movimento crítico que tornou possível outros níveis de significação para além dos já apresentados (DEMO, 2001).

4. ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES QUALITATIVAS

Neste capítulo é apresentada a análise das informações qualitativas de acordo com a metodologia da Hermenêutica de Profundidade (DEMO, 2001). Inicialmente, foi apresentada uma análise sócio-histórica das expressões do racismo no Distrito Federal, assim como um breve panorama das ações do Sistema Conselhos de Psicologia quanto ao assunto. Posteriormente, na análise formal, foram apresentadas as narrativas dos dois participantes de identificação racial negra, e em seguida, as categorias de sentido construídas a partir do diálogo entre as entrevistas realizadas e o referencial teórico. Por fim, a reinterpretação, destacando alguns pontos significativos do processo de análise.

4.1. CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA

De acordo com informações do Anuário Brasileiro de Segurança Pública¹⁸, no ano de 2022 as denúncias relativas à injúria racial no Brasil tiveram uma taxa de 7,2 por 100 mil habitantes, enquanto na capital brasileira observou-se um número três vezes maior do que a média nacional, 22,5 a cada 100 mil habitantes. O número de denúncias foi crescente a cada ano, em 2020 foram registradas 436 denúncias de injúria racial, saltando para 583 em 2021 e 633 em 2023. Para Fernando Nascimento dos Santos, pesquisador em direitos humanos e cidadania da UnB, em reportagem ao g1¹⁹, o salto no número de denúncias pode estar associado a maior articulação entre os núcleos de enfrentamento ao racismo das defensorias públicas junto a polícia, como também a conscientização da população sobre as ofensas raciais e a necessidade de responsabilização do agressor, muito em decorrência da repercussão de casos nacionais e internacionais, das mobilizações do movimento negro e de outros movimentos sociais, e também da discussão dessas temáticas nas redes sociais.

Cabe ressaltar que no atual Governo Federal foi sancionada a Lei 14.532/2023²⁰, que tipifica a injúria racial como crime de racismo, Lei 7.716/1989. Dessa forma, a injúria racial tem a sua penalidade aumentada de 1 a 3 anos, para 2 anos até 5 anos, além de se tornar inafiançável e imprescritível.

¹⁸ <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>

¹⁹ <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/07/20/taxa-de-injuria-racial-no-df-e-quase-tres-vezes-maio-r-que-a-media-nacional.ghtml>

²⁰ <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/injuria-racial-racismo#:~:text=A%20Lei%2014.532%2F2023%2C%20publicada,e%20o%20crime%20%C3%A9%20imprescrit%C3%ADvel.>

O Distrito Federal é um território onde a maior parte da população é negra (57,3%), sendo pretos (11,1%) e pardos (46,2%), de acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio²¹ (PDAD) de 2021, brancos compõem (40,9%), indígenas (0,3%) e amarelos (1,4%). Entretanto, mesmo sendo maioria, o Plano Piloto é uma das regiões com menor concentração de pessoas negras (37%), seguido de Águas Claras (44%), sendo o Lago Sul o local com a menor proporção (33%). Do outro lado, com a maior concentração de pessoas negras, temos: Estrutural (75%), São Sebastião (74%), Paranoá (71%), Sol Nascente/Pôr do Sol (68%), Santa Maria (65%), Planaltina (63%), Samambaia (61%), Sobradinho (60%), Ceilândia (60%), Gama (57%) e Taguatinga (56%). O Plano Piloto é o local que concentra o maior número de denúncias quanto ao crime de injúria racial²².

Nas regiões compostas por uma maioria autodeclarada negra, verifica-se que a população encontra as piores condições em termos de qualidade de vida, de acordo com Mapa das Desigualdades²³ de 2018. Segundo o levantamento, Estrutural, Fercal e Sol Nascente são as cidades que mais sofrem com esgoto a céu aberto, por exemplo. Estrutural também é a cidade com menor renda domiciliar, inferior a dois salários mínimos e também o menor IDH. Já o Lago Sul é a região com a maior renda per capita, superior a vinte salários mínimos, e o maior IDH.

Analisando os dados sobre homicídios no Distrito Federal²⁴, a partir de um recorte racial, nota-se que pessoas negras são as que mais seguem morrendo. Em 2010, dos 786 homicídios registrados, 680 eram negros, brancos, 100. Em 2012, o número total foi de 954 homicídios, desses, 849 eram negros. Em 2019 o número total de homicídios foi de 480, 375 vítimas eram negras e 101 brancas. Independente do número absoluto de homicídios em cada ano, pessoas negras continuam sendo as que mais são mortas. Mais especificamente a juventude negra está sendo morta, visto que em todos esses períodos mais da metade do número total de mortes foram de pessoas entre 15 e 29 anos.

A lógica segregacionista operada em outras cidades do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro, em que a população preta foi empurrada para os morros e periferias, seguiu presente na formação da Brasília, realidade essa mascarada pela imagem que foi se construindo a respeito da nova e moderna capital (LEMOS, 2022). Segundo o autor, inclusive, tem se configurado em um esforço para a historiografia brasileira e brasilianista circunscrever o

²¹ https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/PDAD-DF_2021.pdf

²² <https://www.brasildefato.com.br/2023/05/15/distrito-federal-tem-abismo-social-entre-pessoas-negras-e-nao-negras>

²³ <https://www.brasildefato.com.br/2023/04/14/distrito-federal-e-territorio-negro-aponta-mapa-das-desigualdades>

²⁴ Dados do Atlas da Violência - Ipea. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>

planalto central nas discussões sobre o pós-abolição, visto que elas se concentram em grande parte nas experiências da região sudeste, entretanto a própria narrativa de que apenas essas cidades sofreram os efeitos do escravismo faz parte da construção da ideia de Brasília (LEMOS, 2022).

A própria narrativa dominante de que o planalto central era uma região vazia, que veio a ser ocupada somente com a transferência da capital para Brasília, mascara a realidade de que a região central já era ocupada por povos indígenas e comunidades quilombolas formadas em sua maioria por africanos (KARASCH, 2016 apud LEMOS, 2022). O centro-oeste já era território com história, ocupado por diferentes povos indígenas: “Krixá, Goiá, Kayapó, Araxá, Javaé, Akroá e Xacriabá, Xavante, Apinajé” (p.189), que foram dizimados e perderam grande parte de seus territórios devido à violência destrutiva da colonização (LEMOS, 2022). A "Marcha para o Oeste" foi um grande movimento nesse sentido, lançado pelo Governo Federal, visava a integração e o desenvolvimento do interior do país através da expansão das fronteiras físicas e econômicas, movimento que contribuiu para a desapropriação de terras indígenas e a instalação de latifúndios para que se operasse a expansão agroindustrial no Brasil (LEMOS, 2022).

Brasília foi então a continuação do projeto desenvolvimentista para o país e da marcha para o oeste. A construção de uma nova capital já era um projeto discutido desde o Brasil imperial, almejado por políticos e intelectuais da época, seria mais um passo rumo à modernização do país (LEMOS, 2022). O plano de Costa não foi o único determinante para a construção de Brasília, “pelo menos quatro outros estudos e comissões científicas para planejamento influenciaram na construção da nova capital” (p.200).

Nesses relatórios constavam-se recomendações a serem consideradas na construção da capital. Dentre as recomendações, destaca-se primeiramente a constante referência a um modelo urbanístico inglês como inspiração para o planejamento arquitetônico e urbanístico de Brasília, ainda que tal modelo não tenha sido o único, visto haver inspirações nos princípios de Le Corbusier, o importante era que essas inspirações fossem importadas da Europa, essa vista como ideal de civilização (LEMOS, 2022). As obras construídas por Oscar Niemeyer são referência da arquitetura moderna, nelas se encontram quase sempre os cinco pontos de Le Corbusier: “Plantas livres, fachadas livres, pilotis, janelas em fita, terraços-jardim” (p. 43). A estética moderna é “clean”, livre de ornamentos internos e externos, sendo a limpeza desses excessos uma característica marcante (LEMOS, 2022).

O mérito por tal proposta é de Adolf Loos, responsável por dar esses rumos à arquitetura moderna. Em suas formulações deixa explícito uma associação entre a quantidade

de ornamentos e o grau de inferioridade cultural, sendo observado por ele um uso excessivo de ornamentos pelo negro em tudo enquanto ele podia, seja no corpo, na roupa ou nas embarcações (LEMOS, 2022). Desse modo, o grau de civilização poderia ser medido pela quantidade de ornamentos presentes, e seriam essas manifestações ornamentais que representariam a diferença entre o homem moderno e o homem primitivo, assim “a evolução cultural equivale a eliminação do ornamento nos objetos usuais” (LOOS, 1908 apud LEMOS, 2022, p. 44). Como afirmou Lúcio Costa em uma entrevista para o Jornal *O País*, em 1928:

Toda arquitetura é uma questão de raça, enquanto nosso povo for essa coisa exótica que vemos pelas ruas nossa arquitetura será forçosamente uma coisa exótica. Não é essa meia dúzia que viaja e se veste na *rue de La Paix*, mas essa multidão anônima que toma trens na Central Leopoldina, gente de caras lívidas, que nos envergonha por toda parte (NOBRE, 2010 apud LEMOS, 2022, p. 198).

Ainda assim, de acordo com o autor, o planejamento urbano, desde o início, tem buscado uma abordagem universalista, distante da influência dos conflitos sociais ao longo da história, a arquitetura mesmo, ao contrário de outras disciplinas, vem passando por uma lenta crítica em relação à sua função na perpetuação das heranças coloniais e à sua associação com ideias eugenistas (LEMOS, 2022). A prática urbanística moderna tem a ideologia eugênica em sua espinha dorsal, logo se explica seu caráter segregacionista. Howard, um dos grandes influentes no urbanismo moderno inglês, que inspirou a arquitetura moderna de diversos cantos do mundo, era membro da Sociedade Eugênica (LEMOS, 2022).

Contudo, será no modo como essas ideias serão implementadas que o caráter segregador será garantido, no caso de Brasília, será por meio de uma preocupação com a preservação das águas do lago Paranoá. É no relatório “Esquema de Água e Esgoto da Nova Capital”, apresentado por Saturnino de Brito Filho, filho de Saturnino de Brito, um dos mais reconhecidos sanitaristas do país, que o viés segregacionista fica explícito. Um de seus conselhos era:

Escolho a evitar é a formação de favelas, que brotam sempre como cogumelos nas orlas das aglomerações importantes, especialmente nos morros. As que se estabelecem durante a fase de construção da cidade, deverão ser feitas sob condição de destruição imediata logo após os operários em residências populares apropriadas. O memorial do Estudo Preliminar do arquiteto Penna Firme refere-se à propagação de cidades satélites nas adjacências das grandes vias de tráfego. Será necessário determinar a distância em km a que poderão estabelecer esses novos núcleos (CLNCF, 1955 apud LEMOS, 2022, p. 207).

Brasília começou de fato a ser construída em 1960, 72 anos após a abolição da escravidão. Há alguns anos antes já ocorria um grande fluxo migratório de pessoas majoritariamente negras em busca de melhores condições de vida, a construção de Brasília intensificou esse processo, mobilizando nessas populações uma nova esperança diante das promessas de modernidade e desenvolvimento associadas à Brasília, segundo Ana Flávia Magalhães Pinto²⁵, professora de história da UnB, e organizadora da exposição “Reintegração de Posse: Narrativas da Presença Negra na História do Distrito Federal”. A pesquisa revelou a presença massiva de trabalhadores negros envolvidos na construção da cidade, memória essa que parece ter sido apagada justamente por revelar aquilo que se pretendia apagar: o negro.

Para garantir a não perpetuação dessas pessoas na cidade, que espontaneamente iam se assentando em lugares próximos, o governo promoveu a “Operação Retorno”, que previa a volta de um terço dos trabalhadores envolvidos na construção para suas cidades de origem logo após a conclusão das obras (LEMOS, 2022). Os que não foram empurrados de volta para o seu estado, foram empurrados para a periferia, daí a relevância do cinturão verde garantido à não ocupação de áreas de Brasília por outros corpos que não aqueles previstos (LEMOS, 2022). A “faixa de segurança sanitária” foi desenhada como justificativa para preservação das nascentes no lago, assim, as cidades satélites deveriam ser construídas num raio de 20 a 30 km do centro. Entretanto, outras pessoas puderam ocupar a região e só tempos mais tarde ocorreram ações para o tratamento de água e esgoto no lago (LEMOS, 2022).

Inclusive, a crise no tratamento de água do lago Paranoá tornou-se um problema relatado pelo Correio Braziliense. Em outubro de 1984, a população se queixava de contaminação pela água e a Universidade de Brasília indicava, pela análise do material, a presença de bactérias nocivas à saúde humana (LEMOS, 2022).

Para a ocupação da região foram utilizados alguns critérios, dentre eles a pessoa precisaria ser idônea, o que por si só já assegurava a segregação, visto a população negra ser historicamente perseguida pela polícia. Além disso, o poder aquisitivo foi considerado (LEMOS, 2022). Dessa forma, as cidades satélites foram sendo ocupadas, fruto da remoção forçada de assentamentos de trabalhadores localizados nos perímetros de Brasília. Assim, cidades como Taguatinga, Ceilândia, Gama e Sobradinho surgiram. Ceilândia, por exemplo, surgiu em decorrência de uma grande remoção de pessoas e assentamentos localizados na região entre o Aeroporto e centro de Brasília, aproximadamente 80 mil pessoas foram

²⁵<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2020/10/racismo-em-pauta-resgate-do-papel-do-negro-na-fo- rmacao-de-brasilia-mobiliza-estudiosos-e-sociedade>

retiradas no local e transferidas para a região de Ceilândia em condições de extremo desamparo, sem nenhuma infraestrutura, sequer acesso à água (LEMOS, 2022).

Dada essas condições, a história de Ceilândia, como a história do movimento negro de modo geral, é uma história de luta, de articulação comunitária, de resistência e novas formas de existência atreladas à atuação política, a manifestações culturais e artísticas. Dessa forma, vão surgindo rupturas em meio a esse concreto, que compõe não só a estética de Brasília, mas a própria estrutura do Estado (LEMOS, 2022).

Conforme discutido nos capítulos anteriores, a história da psicologia no Brasil não foi alheia às conjunturas políticas e sociais, ainda que optasse por uma postura de neutralidade em determinados períodos, a própria neutralidade se configurava em uma forma de posicionamento, a de convívio. Buscando ajustar as contas com o seu passado, a resolução do CFP nº 18/2002 representou um marco nesse sentido, pois demarcou o início de um compromisso da psicologia em enfrentar o racismo, estabelecendo para os profissionais da área a responsabilidade de atuarem contra o preconceito e à discriminação racial, de modo a empregar seus conhecimentos para contribuir com a eliminação destes problemas. Nesse sentido, observa-se, ao longo desses anos, um conjunto de ações promovidas pelo Sistema Conselhos de Psicologia buscando ampliar os espaços de debate sobre o racismo, fornecendo arcabouço para uma formação e atuação profissional mais atenta às questões raciais.

Dessa forma, vale destacar a campanha realizada pelas comissões de direitos humanos do CFP e dos Conselhos Regionais de Psicologia, durante os anos de 2020 a 2022, intitulada “Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?”. A campanha buscou registrar a atuação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais ao longo dos anos quanto a este tema, além de promover novas contribuições a esse debate. Assim, foram realizadas uma série de ações, como a criação de podcasts, vídeos, publicações e séries que exploraram temas relacionados ao racismo direcionado à população negra e indígena, as noções de branquitude, a interseccionalidade entre raça, etnia, classe, gênero e deficiência, bem como a reflexão sobre práticas psicológicas antirracistas²⁶. Todo esse material pode ser encontrado no site do CFP.

No âmbito do Distrito Federal, o Conselho Regional de Psicologia também se mostra atuante no combate ao racismo. Nota-se que, de 2012 até então, um conjunto de ações²⁷ foram realizadas nessa direção. Uma delas foi a criação em 2019 da Comissão Especial de Raça, Povos Indígenas e Povos Tradicionais, que, atualmente, é uma das comissões efetivas do

²⁶ <https://site.cfp.org.br/cfp/comissao-de-direitos-humanos/campanha/abertura/>

²⁷ Os eventos e ações realizadas pelo CRP/DF se encontram descritos na linha do tempo criada na Campanha Nacional da Comissão de Direitos Humanos do CFP, “Racismo é coisa da minha cabeça ou da sua?”.

conselho. Seminários, mesas-redondas, minicursos, notas de posicionamento, rodas de conversas e campanhas foram alguns dos esforços empreendidos pelo Conselho Regional e suas comissões para promover o debate sobre as relações étnico raciais e o enfrentamento do racismo junto aos profissionais da psicologia e à comunidade. A campanha, “Psicologia antirracista”²⁸, foi uma das últimas realizadas pela comissão acima citada, e teve o objetivo de mobilizar os profissionais, bem como romper o silenciamento diante de alguns assassinatos brutais que ocorreram em 2020, o de George Floyd nos EUA, e o de João Pedro e outras quatro crianças, aqui no Brasil, também pelas mãos de policiais. Tais assassinatos causaram grande comoção pública na época e geraram levantes no Brasil e no mundo.

4.2. ANÁLISE FORMAL

4.2.1. Narrativa de Renato

Em sua entrevista narrativa, Renato me contou sobre suas experiências de vida marcadas pelo racismo, nesse relato pôde-se perceber a vivacidade do racismo cotidiano que se expressa nos diferentes espaços e de diferentes maneiras, definindo as relações e as vivências do sujeito com base exclusivamente no critério racial. Raça essa definida a partir das características fenotípicas do sujeito e que historicamente orientou na demarcação dos lugares sociais de cada um. Ser negro no Brasil, como já discutido, é ser lido e tratado de determinada maneira, e é isso que poderemos ver no recorte oferecido por Renato de sua história pessoal.

Renato veio para o Brasil há 8 anos atrás, nasceu e morou no Haiti durante um bom tempo de sua vida, hoje está com 33 anos. Sua vinda para cá foi motivada pela busca de melhores condições de vida. Hoje em dia, aqui no Brasil, Renato mora em uma região periférica do Distrito Federal, trabalha como freelancer e faz faculdade de Engenharia em uma universidade particular.

Renato inicia falando: “Bom, sofrer eu já sofri racismo de várias maneiras, tanto na escola, na faculdade, na rua principalmente, ou num lugar que você entra, o jeito que você é recebido. Sempre andando com o olhar, sempre penso talvez que tem alguém olhando com cara diferente, pensando alguma coisa”.

²⁸ <https://www.crp-01.org.br/events/8427>

O olhar do outro é uma realidade constante entre as vivências do sujeito racializado, e a sensação experienciada é de que, independente de onde o sujeito vá, os olhares estão sempre o acompanhando.

Ser negro é também ser confundido quanto às suas disposições e intenções, não é incomum Renato ser visto como uma pessoa suspeita, seja ao entrar em um estabelecimento ou simplesmente estar parado na rua: “Sempre acontece alguma coisa, ou a pessoa vê você entrando num lugar e talvez pensa que você é ladrão ou qualquer outro” ou “Até com o policial na rua, uma vez me pararam e perguntaram para a pessoa que estava no carro se ela me conhecia. Isso me afetou. Falei “como assim?”, ele: “é o trabalho”, [Renato] “trabalho? como assim?”.

Logo em seguida, Renato fala sobre um cuidado redobrado com a aparência, de modo a evitar uma leitura equivocada pelo outro: “Você está sempre tentando se vestir de um jeito para parecer mais aceitável, tentando andar sempre na linha”; “Estou pensando no jeito de se vestir, você sempre tem que tá preocupado como vai ser visto (...) é uma preocupação constante de como vai ser visto pelo outro”.

A constatação da existência de um preconceito racial se deu para Renato à medida que essas situações se acumulavam, e a simples questão de gosto pessoal já não era suficiente para explicar tais ocorrências. “Eu não prestava atenção nisso quando eu era mais novo, sei lá, eu sempre pensava: não, a pessoa não gosta de mim. Tipo, a pessoa pode gostar ou não, mas depois, quando eu comecei a prestar atenção eu percebi: não, às vezes tem alguma coisa, não é só isso, isso também pode ser, mas... tem lugar que você chega e você sente, que ali tem um clima preconceituoso”.

Os episódios de racismo vivenciados por Renato, não se restringiram a olhares invasivos, mas também a atitudes discriminatórias que se mostraram recorrentes em contextos de trabalho. “Eu lembro uma vez em um trabalho quando cheguei aqui, eu tava trabalhando como porteiro em um lugar no Lago Sul, era para cobrir os dias de uma pessoa. Aí cheguei no lugar e um morador quando me viu falou assim: “ah mas a gente tá pagando com nosso dinheiro, não era pra contratar pessoas como você não”.

Renato é um homem negro retinto, de cabelo crespo e traços fisionômicos característicos da negritude. Sua aparência, em uma sociedade construída pelos ideais da branquitude, se torna condição suficiente para despertar sentidos outros que não condizem com sua verdade de fato. Ser confundido como um possível ladrão não é uma experiência isolada, tendo uma cor que foi associada à criminalidade e à periculosidade, seu corpo negro também desperta medo em outras pessoas. “(...) o resto que acontece comigo não é de

palavras é de ação, às vezes você vê que a pessoa corre, nesses tempos mesmo aconteceu isso quando tava fazendo entrega pela manhã. Você percebe que quando tá chegando mais perto a pessoa vai ficando com medo de você. Sua presença já causa medo na pessoa”.

Segundo Renato, outra forma que o racismo se dá é nas “brincadeiras”. Principalmente pelas piadas ou nomes ofensivos, que têm um objetivo de provocar risos e divertimento. O que nem sempre acontece, visto que algumas vezes há um reconhecimento do teor racista e o piadista é recriminado. “De nome assim [ofensivo] eu não fui chamado, mas já de brincadeira me chamaram uma vez de urubu”, “ (...) aí quando o outro fala assim: ah mano vc vê que isso é racismo, aí a pessoa vai e fala: ah não desculpa, era uma piada”.

Para Renato, a brincadeira racista expressaria, às vezes, uma ignorância de quem fala, sendo essa falta de conhecimento reconhecida quando a pessoa pede desculpas pelo que foi dito: “Tem coisas que você vê que é ignorância da pessoa (...) mas tem outras pessoas que você vê que é na maldade mesmo”. “Então quando a pessoa fala: ah não desculpa, não sabia, tava brincando. Quando a pessoa não fala isso é porque já sabe”.

Os episódios de racismo vivenciados por Renato costumam mobilizar nele reações diferentes. Ora “deixa passar”, “leva na esportiva”, “finge que não vê”, ora “reage”, “olha para a pessoa” e “mostra que ela tá sendo racista”. “Às vezes quando eu percebo que a pessoa faz isso pra se sentir, pra me ferir, aí eu reajo, às vezes, tipo uma fala, uma ação. Tem coisas que nem valem a pena, está na sociedade, tem que acabar, mas é uma luta contra isso”.

A conformação e a não reação diante algumas situações parecem apontar para um cansaço e constatação da não resolução do racismo: “A pessoa tá sendo mal não tem como você fazer nada” ou “essas pessoas assim você processa e ... (fala incompreensível) a pessoa já tá assim, muitas vezes é criada assim (...)”. Assim como um recurso usado para que o acontecimento “não interfira no dia a dia” ou “não afete a mente”.

“Isso é revoltante, mas eu tento ignorar o máximo possível para não afetar minha mente, porque afeta mesmo, você sente que a pessoa fez pra te machucar, ou por prazer mesmo de fazer isso. Mas eu sempre levo na esportiva. Eu finjo que não vi a reação, às vezes eu só olho para a pessoa, mostro que entendo”.

Entretanto, “mesmo que tenha momentos que você vai fingir que não tá ouvindo e nem vendo, tem aquele momento que você tá em baixa astral, que qualquer coisa deixa você mais sensível, mais pensativo, pensando o porque que a pessoa que nasce negra tem que estar passando por isso”. “Quando você encontra pessoas da minha cor você percebe a autoestima delas muito baixa, de tanto que acontece coisas com ele na vida. O tanto que vai acontecendo coisa e a pessoa vai baixando”.

4.2.2. Narrativa de Helen

Em um relato extenso e profundo, Helen me contou como o racismo atravessou suas experiências de vida, resgatando memórias da infância até vivências mais recentes, explorando como essa realidade foi reverberando nas suas relações pessoais, na sua percepção sobre si, assim como os caminhos que vêm sendo construídos a partir e apesar dessas adversidades.

Helen inicia: “Essa questão do racismo ela é bem forte na minha vivência, eu lembro desde muito pequena já sofrer algumas questões nesse sentido. Assim coisa de tipo, nos anos iniciais, na primeira, segunda, terceira série sofrer bullying na escola, por exemplo. De tipo as outras crianças falarem do formato do nariz que é mais largo, falar da textura do cabelo. Mas o ponto principal da minha aparência que eu lembro de sofrer enquanto nova foi mesmo pela questão do meu nariz, porque ele é bem largo, bem característico de pessoas negras”.

Não só na escola, na relação com as outras crianças, que Helen percebia um desprezo quanto a esses traços, mas, inclusive, dentro da própria casa, onde lhe era recomendado que apertasse o nariz para que ele afinasse, ou fizesse outras coisas, como por exemplo, colocar um pregador de roupa para que melhorasse a aparência do nariz.

O olhar de rejeição do outro sobre aspectos do seu corpo não passa sem maiores efeitos na sua própria percepção corporal. Nesse sentido, Helen nos fala: “E aí é toda uma questão que vem, e que querendo ou não ela mexe com sua autoestima, né? Você já cresce se achando feio. Você fica: Nossa, meu nariz é largo, o meu cabelo não é liso, minha pele não é branca”.

Segundo Helen, na adolescência essas questões foram se intensificando, visto ser um período em que outros afetos vão se dando, e a pessoa negra, por não corresponder a um padrão de beleza, vai sendo preterida em relação a pessoas brancas. “Aí passa essa questão da infância, vem a questão da adolescência. Na adolescência, por exemplo, você vai começando a ter afetos, vai se apaixonando, tendo crushes, né? E aí você vai percebendo que vai ficando de lado em certas escolhas. Você vê que os casais que se formam são o quê? De pessoas brancas. As meninas mais desejadas da escola são as padrões. E aí como é que você fica nessa história? E aí mais uma vez é reforçado essa coisa, e vai deixando a pessoa negra de lado, vai desvalorizando, a pessoa negra é tida como feia, enfim, ‘n’ adjetivos”.

E a força desse ideal é tamanha, que Helen reconhece, que ela mesma internalizou-o na forma de só reconhecer beleza em pessoas brancas: “E isso também é uma coisa que reverbera dentro da pessoa mesmo. Eu lembro que isso se enraizou assim de uma forma que

eu mesma passei a achar, por exemplo, pessoas bonitas só pessoas brancas. Ficava com crush, e o crush era o que? Branco”.

A rejeição da negritude passa a ser executada não só pela pessoa branca, como também pela própria pessoa negra que rejeita a si mesmo e ao outro negro: “E isso é tão forte assim, parando para pensar, que a gente mesmo internaliza isso e a gente vai agindo dessa forma e vai agindo igual eles. Ao mesmo tempo que você é a vítima você também pratica a mesma situação. E aí eu lembro disso de não achar assim, e é até vergonhoso falar isso, mas de não achar pessoas negras bonitas, por exemplo. Só achar pessoas brancas”.

Helen comenta que esses ideais vão sendo internalizados de forma muito natural: “Você vai só seguindo o fluxo, colocando aquilo para dentro, aquelas informações para dentro, sem ter uma opinião crítica muita das vezes”. E o desenvolvimento de um senso de inferioridade não se restringe a aparência: “E aí você vai crescendo sem autoestima, vai se desenvolvendo com a autoestima baixíssima. E isso interfere de vários modos, não só no aspecto físico da beleza, mas também em outros sentidos. Talvez duvidar da capacidade: Ai, será que eu sou inteligente? Será que eu sou merecedor? Será que eu mereço afeto? Será que eu mereço ser olhada, ser vista? Será que eu mereço? Enfim esse lugar aí, são coisas que, dependendo, vão te colocando no chão mesmo”.

O racismo fez com que Helen questionasse seu valor enquanto pessoa, fez com que duvidasse se ela realmente era merecedora de amor e afeto: “Talvez atravessada também por esse aspecto do racismo muita das vezes eu não me achava uma pessoa por exemplo digna de afeto, não me achava uma pessoa que um dia ia ter uma pessoa que ia me amar, que eu ia ter um relacionamento saudável, um relacionamento amoroso, um relacionamento bom com uma pessoa que me amasse, que me achasse bonita que, enfim, me aceitasse na minha totalidade”.

O racismo atravessou não só suas vivências da infância e adolescência, continua a ser um mal que ronda sua existência, se expressando em olhares e atitudes outras que, no mínimo, provocam em Helen um desconforto e estranhamento: “Eu fui com a minha irmã numa loja ali do Conjunto, e eu percebi que as pessoas ficaram meio que olhando, os vendedores meio que ficaram em cima (...) a gente tava de chinela havaiana, eu tava mais assim, de bermuda, e eles ficaram em cima, o tempo todo. Achei aquilo super estranho, não era normal, ficavam olhando assim, ficando em cima, e mais de uma pessoa olhando. Foi super incômodo”.

A falta de criticidade e de questionamento reflexivo acerca desses preconceitos enraizados é algo levantado por Helen: “E isso é tão grave, tão triste, porque é triste ver que as pessoas não têm um pensamento crítico, não tem, não param para pensar: Cara, por que que eu tô fazendo isso? Por que que eu tô tendo esse pensamento? Por que que eu tô tendo essa

atitude? Por que eu acho que aquela pessoa negra tá me oferecendo algum risco só pela existência dela? Ela passou do meu lado e tô me sentindo ameaçada, por que?”

Helen também relatou de uma dificuldade para conseguir emprego, durante um período em que estava desempregada. Ainda que tivesse experiência, ensino superior completo e atendesse aos requisitos da vaga, sua candidatura acabava não prosseguindo depois do momento da entrevista. “Eu era chamada, selecionada, chegava na entrevista pessoal e não era selecionada. Isso já aconteceu inúmeras vezes e aí eu ficava: Cara, será que é só por causa do meu perfil que não se encaixou na vaga? Já escutei assim: Nossa, seu currículo é ótimo, se encaixa muito na vaga, vamos fazer uma entrevista pessoal? E aí chega na entrevista pessoal, a pessoa é barrada”.

Inicialmente Helen até achava que poderia ser algo ali em seu perfil que não se encaixava na vaga, e realmente, Helen só não imaginava ainda o que exatamente do seu perfil não se encaixava. “Teve um momento que eu pensei: Ah, é porque realmente meu perfil não se encaixa e tudo mais. Mas também chegou um momento que eu fiquei: Cara, não tem condições de ser só porque o meu perfil não se encaixou na vaga ali na hora presencialmente”.

Helen prossegue: “E a maioria desses lugares que eu fui as pessoas que me entrevistaram eram pessoas brancas, loiras, sempre nesse padrão. E as empresas em sua maioria são pessoas brancas ao redor. Então, muitas vezes não tem espaço ou se tem, já tem a cota lá suficiente. Porque tem empresa que acha que representatividade é ter a cota lá de 10% de pessoas negras”.

Em sua busca por emprego, a oportunidade que surgiu foi para trabalhar como babá, como Helen precisava se sustentar e não havia conseguido outro emprego, aceitou o trabalho, ficando nele por aproximadamente um ano.

Atualmente Helen trabalha em uma organização privada, e tal como notado nas outras empresas, percebeu que, assim que entrou, dentre as dezenas de funcionários do local apenas duas, três pessoas eram negras. Realidade que foi mudando e hoje, um ano após, percebe-se algo mais equiparado. Entretanto, à medida que vai subindo para os cargos de gestão, diretoria, o que se nota ainda é uma predominância de pessoas brancas. Constatação essa que não passa despercebido e provoca em Helen alguns questionamentos: “Quantos gestores negros eu tenho aqui? Por que só dois gestores negros? Será que não tem pessoas negras qualificadas para isso?”. E ela mesma reconhece que tem pessoas qualificadas, e não é a falta de capacidade que responde essas questões, mas sim a falta de oportunidade.

Helen prossegue: “Parece que a pessoa negra tem que demonstrar mil vezes mais que ela é capaz de uma coisa, para ela conseguir atingir aquele lugar, aquele espaço. Enquanto

uma pessoa branca, por exemplo, a coisa é mais fluida, mais fácil, com menos empecilhos. É como se a pessoa negra tivesse que ser muito muito fodástica naquilo, e a outra nem tanto, consegue tranquilo”. “Na condição de pessoa negra, a gente tem que se esforçar, tem que demonstrar que, sei lá, você tem que provar sua capacidade”.

E mesmo exercendo sua função com excelência, dedicando horas a mais do seu tempo para cumprir com as demandas, Helen percebe que não existe um retorno quanto a isso, no máximo palavras de reconhecimento: “As pessoas sempre elogiam o meu trabalho, pelo comprometimento, pela excelência e tudo mais. Só que muitas vezes eu não tenho um retorno disso, tipo, só fica ali nas palavras. Aí eu fico porque? Eu não tenho... eu faço meu trabalho de forma excelente, de forma ótima, eu me entrego muito, me dedico, tanto é que ontem, eu fiquei até quase duas horas da manhã para entregar uma coisa hoje. Então me dediquei, doe meu tempo, meu sono para aquilo. E aí será que todo esse meu comprometimento, minha experiência, não é digna de um cargo de gestão, por exemplo? De uma liderança? O que me impede de tá num cargo desse? Numa situação dessa?”.

Ao longo de sua narrativa Helen discorre que está tendo a oportunidade de acessar mais alguns espaços, espaços “ditos culturais”. Nesses espaços Helen nota que grande parte do público é composto por pessoas brancas, e que aparentam ter um maior poder aquisitivo, realidade essa que a incomoda e mobiliza alguns questionamentos, como: “O Brasil é formado por quantos por cento de pessoas negras? Por que que aqui só tem pessoas brancas? Por que que só tem esse padrão loiro? Por que? Por que? Por que?. Isso é algo que não deveria ser normalizado, todo mundo deveria ter esse questionamento a todo instante. Cadê? Por que? O que que aconteceu? O que que tá acontecendo aqui? Porque acho que é a partir dessa crítica que você muda e as coisas mudam”.

E nesses lugares a experiência de ser invadida pelo olhar se repete, e talvez de maneira até mais intensa. Helen fala sobre olhares de julgamento, olhares meio tortos, olhares que mapeiam todo o corpo à procura de algo para julgar. Para Helen, os olhares de reprovação são claros, olhares que mesmo sem a pessoa comunicar nada verbalmente, passam a mensagem de que “você não é bem vindo aqui”. Tempo desses Helen conta que foi num evento de degustação de vinhos e queijos em um shopping elitizado em Brasília, lá ela percebeu que dentre as pessoas, “98% eram pessoas brancas e loiras, detalhe, não eram só pessoas brancas, eram brancas e loiras. Aquele padrão bem padrão mesmo”. “E aí você chega lá todo mundo te olha assim, tipo: Que que essa pessoa tá fazendo aqui? Porque meio que entre aspas tá invadindo o espaço deles”.

Helen diz que os olhares de julgamento e reprovação a acompanham constantemente: “A gente está constantemente [sendo julgada], eu sinto constantemente na pele”. “Ainda mais que hoje em dia as pessoas têm medo de verbalizar, né? Porque racismo é crime, então muita gente é consciente disso e não vai verbalizar, mas só o olhar já é capaz de destruir, de ferir uma pessoa, destruir o emocional, destruir a autoestima, destruir a percepção que a pessoa tem, ela mesmo passa se reprovar, passa a se questionar, duvidar de si mesma”.

Segundo Helen a experiência se intensifica ao considerar o marcador social, dessa forma, como uma pessoa negra e periférica em uma sociedade racista e classista o sofrimento pode ser bem pior. “Quando a pessoa é uma pessoa negra e periférica, por exemplo, ela sofre duas vezes mais preconceito, julgamento, é mal vista. Sofre duas vezes. Quando você é uma pessoa negra, mas é de certa forma bem sucedida aos olhos da sociedade, você consegue passar meio despercebido, você consegue adentrar aqueles espaços, mas quando você é uma pessoa negra periférica, por exemplo, igual eu sou, aí você já é julgado duas vezes. É bem mais”.

E mesmo que não seja, imediatamente a pessoa negra é associada à periferia, à pobreza, sendo mais fácil aos olhos da branquitude enxergar pessoas negras no lugar de “cargos operacionais, numa faxina, por exemplo, e não assumindo cargos de gestão”. Nesse sentido, para muitos ali presentes naquele evento, talvez a pessoa negra está em suas casas “numa função de faxineira, de babá, motorista”, e não ali ocupando o mesmo espaço que eles: “provando um vinho comigo? no mesmo lugar que eu? um queijo de R\$1000, um vinho de 10 mil? não, não”.

Reconhecendo que ali também era um espaço dela, Helen fez questão de permanecer: “Eu fiz questão de ficar lá, de me sentar e ficar lá, porque aquele espaço também é meu. Também é de pessoas semelhantes a mim, pessoas negras. É de todos. A gente enquanto negro é também desbravar. De adentrar esses espaços, de ocupar mesmo, ocupar”.

Muitas dessas percepções atuais de Helen, vêm de seu processo crítico sobre essas problemáticas raciais que nos rondam desde muito cedo. “Desde sempre a pessoa negra é atacada seja por palavras, seja por olhares, seja por violência física. São coisas que a pessoa internaliza, que ela vai se colocando para baixo, vai se preterindo. Mesmo que ela não perceba de forma consciente, ela internaliza aquilo, de alguma forma aquilo vai entrar dentro dela, vai entrar no pensamento dela, vai marcar ali subjetivamente ela”.

“Quando eu fui tendo esse movimento crítico, de questionar mesmo esse racismo enraizado, tanto o externo, quanto em mim mesma em certas atitudes, quando eu passei a

criticar, por exemplo, eu passei a consumir mais conteúdo de pessoas negras”. Segundo Helen, anterior a isso, a maioria das pessoas que ela seguia eram brancas, seu feed estava repleto de pessoas brancas.

“Falei não, eu vou parar de seguir todas as pessoas negras que estão falando desse determinado conteúdo e vou passar a seguir só pessoas ... vou parar de seguir só essas pessoas brancas que estão aqui e vou passar a seguir só pessoas negras. E aí dei *unfollow* em várias pessoas brancas e fui procurar pessoas negras, mulheres negras médicas, ginecologistas, psicólogos, coisas que eu gosto de acompanhar, pessoas que falam sobre moda, maquiagem, só de pessoas negras, algo que eu faço agora naturalmente”.

A falta de referências negras era algo que Helen percebia inclusive na faculdade: “Por exemplo, na graduação eu ficava me questionando assim, cadê os professores negros aqui nessa faculdade? Por que só tem uma pessoa? Por que só tem uma mulher? Será que só conseguiu ela para estar nesse lugar com título de mestre, doutora? Por que todo o restante do corpo docente tem que ser branco? Eles eram melhores? O que será que aconteceu aqui? Era algo que eu me questionava bastante durante a graduação”.

O que Helen nos fala quando critica a falta de pessoas negras nesses espaços é também uma crítica à falta de referências para possíveis processos de identificação, perceptível quando ela fala: “Caramba, essa pessoa chegou nesse lugar de professora, mestre, doutora, referência na área dela e caramba eu posso chegar nesse lugar também.”

Helen prossegue: “E eu tenho esse movimento comigo de querer me identificar com pessoas de sucesso (...) eu vejo muito esse movimento em mim, de buscar pessoas negras, semelhantes, pessoas de sucesso para me espelhar mesmo e me inspirar nesse sentido. E assim, é interessante isso também, o sentimento que me vem quando eu vejo uma pessoa negra tendo sucesso, é como se fosse eu também. Quando eu vejo uma pessoa negra ali sendo juiz, virando um promotor, um cargo alto na sociedade, é como se ... eu até me emociono, porque é como se tivesse uma parte de mim ali vencendo, é como se todas essas pessoas tivessem abrindo o caminho também. É um primeiro promotor negro daquele lugar, por exemplo, ele tá abrindo caminho para que outras venham atrás. É como se fosse esse movimento mesmo, abrindo para que outras pessoas tenham oportunidade também, que aquilo se expanda, que outras pessoas vejam que é possível”.

Hoje Helen consegue se ver diferente de como ela se via, consegue se amar mais, ter autoestima, reconhece o seu valor, e vê isso como algo que teve que partir dela, e que inclusive teve efeitos em como outras pessoas passaram a enxergá-la. Seu auto amor, possibilitou que não mais “aceitasse migalhas”, ou aceitasse pessoas que não a queriam por

completo. “Quando eu comecei nesse movimento foi quando eu comecei a me potencializar mais. Foi no momento que eu me expandi mais. Foi no momento que eu saí da bolha e consegui ter outras perspectivas, ver novas possibilidades. E é isso, acho que é isso, potencializar. E aí o movimento é se fortalecer cada vez mais e não deixar que esses olhares determinem minha capacidade, determinem como eu me vejo, a minha perspectiva sobre mim, sobre a minha beleza, que me molde em relação às coisas que eu penso”

“E é uma coisa diária, porque você às vezes está super forte, inabalável, mas às vezes no dia seguinte você tá mais fragilizado, tá mais sensível, tá mais vulnerável. E aí vem uma coisa dessa e mexe com toda sua estrutura, te faz duvidar de tudo de novo. Então o trabalho é constante. E também de se fortalecer e fortalecer outras pessoas”.

4.2.3. Olhares brancos e a atualização de um passado colonial

“Mamãe, olhe! Um negro” (FANON, 2020, p. 127). Após essa experiência, Fanon relata: “me percorri com um olhar objetivo, descobri minha negrura, meus traços étnicos - e então me arrebetaram o tímpano com a antropofagia, o atraso mental, o fetichismo, as taras raciais, os negreiros” (FANON, 2020, p. 127). Reconhecer-se negro passa por uma descoberta, a descoberta de ter um corpo marcado, um corpo racializado, um corpo que foi sobredeterminado por olhares brancos (FANON, 2020). É pelos olhares brancos que o sujeito de cor sente o peso de sua melanina (FANON, 2020).

Tanto no relato de Helen como no de Renato, a experiência de ser observado e fixado por olhares brancos comparece, em diferentes lugares, seja andando na rua ou em uma loja dentro de um shopping. “Sempre andando com o olhar”, Renato diz. A sensação que tal frase passa é de que independente de onde o sujeito negro vá, olhares o acompanham. “Sempre penso talvez que tem alguém olhando com cara diferente, pensando alguma coisa” (RENATO, 2023, p. 46). No mundo branco, o sujeito de cor parece perder sua espontaneidade, diante olhares constantes de julgamento, a pessoa negra passa a se comportar tendo o olhar do outro como referência (FANON, 2020).

Outra vivência comum que comparece nos relatos de Helen e Renato é a marcação como suspeitos por seguranças de lojas em shoppings. Numa sociedade racista a cor também é indicativo de criminalidade e periculosidade. Aos olhos dos agentes de segurança a lógica parece ser: quanto mais preto mais suspeito. A depender das vestimentas a situação se agrava, Helen e a irmã estavam de chinelo e bermuda, e perceberam funcionários da loja o tempo todo em cima, uma situação que para ela foi fora do normal e que gerou bastante incômodo. “Você

está sempre tentando se vestir de um jeito para parecer mais aceitável (...) você sempre tem que tá preocupado como vai ser visto (...) é uma preocupação constante de como vai ser visto pelo outro” (RENATO, 2023, p. 47). A preocupação de Renato quanto à aparência parece ser uma resposta às vivências de situações como a descrita por Helen.

Em um momento de seu relato Helen fala sobre a condição periférica ser um a mais na experiência do racismo. Como pudemos ver em uma breve análise sócio-histórica da capital, sem dúvidas as vivências raciais aqui ganham outros tons. A começar por um shopping localizado na região do Plano Piloto que, segundo dados apresentados, é a localidade do DF com mais número de denúncias quanto a injúria racial, e um dos locais com a menor proporção de moradores negros. Entretanto, o shopping se localiza ao lado da Rodoviária do Plano Piloto, local de grande circulação de trabalhadores que saem de diferentes regiões administrativas do DF para irem trabalhar no centro da capital (GUIMARÃES E JARDIM, 2019). Nesse sentido, naturalmente é um shopping que tem uma maior circulação de uma diversidade racial, comparado a outros que se localizam em regiões mais elitizadas e têm um público majoritariamente branco. Contudo, ainda sim, Helen e a irmã foram vítimas de racismo.

Resgatando outra experiência, também em um shopping, só que dessa vez em um evento de vinhos e queijos, onde o público era composto por “98% de pessoas brancas e loiras”, Helen passou por situação parecida. Ainda que não tenha sido vista como suspeita, foi fixada por olhares brancos de estranhamento, como que dissessem: “o que essa pessoa tá fazendo aqui?”. Como Helen bem comenta, provavelmente aquelas pessoas não estavam acostumadas a verem corpos negros ocupando o mesmo lugar de lazer que o delas, muito provavelmente aquelas pessoas estão acostumadas a verem sujeitos negros os servindo, ocupando funções de limpeza, de cuidado, ou sendo seu motorista.

A própria mobilidade urbana do DF garante a segregação racial e de classe fora do contexto de trabalho com linhas de transporte público que se encerram “após às 22h, meia-noite e aos finais de semana” (GUIMARÃES E JARDIM, 2019). Segundo Kilomba (2019), o racismo cotidiano reencena memórias de um passado colonial, no qual pessoas negras foram subalternizadas, inferiorizadas e violentadas dentro de uma estrutura de poder marcada por uma supremacia branca. O racismo cotidiano, manifesto nas relações raciais diárias, segue se mantendo a partir de estereótipos e preconceitos que têm suas origens nessas estruturas coloniais (KILOMBA, 2019). Renato, ao descrever como é frequentemente visto como suspeito, revela como essas construções racistas perduram na contemporaneidade, determinando a forma como pessoas negras são vistas e tratadas:

Sempre acontece alguma coisa, ou a pessoa vê você entrando num lugar e talvez pensa que você é ladrão ou qualquer outro” ou “Até com o policial na rua, uma vez me pararam e perguntaram para a pessoa que estava no carro se ela me conhecia. Isso me afetou. Falei: ‘como assim?’, ele: ‘é o trabalho’ (RENATO, 2023, p. 47).

A polícia brasileira segue sendo um forte agente de execução da política de morte do Estado (PATTO, 1999; MBEMBE, 2016). Ainda que o relato de Renato não expresse uma violência mais direta, os sentidos por trás de tal abordagem são os mesmos sentidos que sustentam as mortes recorrentes de pessoas pretas pelas mãos da polícia. O racismo regula a economia de morte do Estado, orienta quem pode viver e quem deve morrer, quem é importante e quem é descartável (MBEMBE, 2016). Lina, uma das psicólogas entrevistadas, traz algumas falas que retratam e resumem bem essa realidade: “Nossos corpos não são bem vindos, eles nos querem mortos, eles não nos querem aqui”; “é o racismo nosso de cada dia (...) é esse olhar de que esse corpo [o corpo negro] não tem o direito de existência” (LINA, 2023, p. 7).

4.2.4. Ideais da branquitude e a construção de uma estima

A proporção que um olhar toma pode aqui ser vista de forma mais ampla e remetendo à experiências de vida mais arcaicas em que o olhar assume um papel fundamental em meio a alguns processos de desenvolvimento. Como visto em capítulos anteriores, é na fase do espelho que a criança conquista a imagem totalizante do corpo, tendo a mediação do outro enquanto instância reconhecedora, papel essencial nessa construção imaginária (NOGUEIRA, 2021). Dessa forma, é na relação com o Outro que nossos processos de identificação vão se dando, conforme Zizek (2010), nas nossas interações com os outros, o Outro está sempre presente, como ponto de referência, como lugar de um horizonte de significados que nos permite perceber e significar o mundo e nós mesmos.

A rejeição é uma realidade vivenciada pelo corpo negro desde muito cedo, e, muitas vezes, é dentro da própria familiar que a criança negra tem as primeiras experiências do que é ter um corpo não querido, um corpo que não corresponde aos ideais (SOUZA, 2021). Em um mundo embranquecido é a estética branca que detém a autoridade, a partir dela se estabelece o belo, o limpo, o aceitável, assim como seus opostos, o feio, o sujo, e o que é rejeitado.

A experiência de prender o nariz com um prendedor de roupa se repete na história de Helen, que nos conta que, quando criança, lhe recomendavam prender o nariz para que ele afilasse. Seu formato foi condição suficiente para que vivesse situações que lhe causavam

bastante sofrimento. Não só em casa, mas principalmente na escola a violência se repetia por meio do bullying praticado por seus pares. O bullying também marcou as vivências escolares de Renato, no seu caso, eram seus lábios, olhos e cabelo que chamavam a atenção.

Segundo Souza (2021), um primeiro aspecto da violência racial é o expurgo da mancha negra do corpo, dessa forma, atravessado por ideais brancos, é na perseguição com o próprio corpo que o sujeito desviante buscará atender os padrões vigentes (SOUZA, 2021).

Kessia, a segunda psicóloga entrevistada, percebe que em algum momento da vida, principalmente entre a pré-adolescência e a adolescência, suas pacientes negras passaram por algum receio estético. Experiências essas que inclusive reverberam em problemas já na vida adulta. Uma das adolescentes que atende está passando por um processo de transição capilar, depois de muito anos alisando o cabelo. Tal processo tem sido desafiador para a jovem, principalmente por não encontrar em casa apoio para essa mudança, e tanto a mãe quanto a avó alisam o cabelo.

As ficções criadas acerca do negro foram sendo construídas a partir de uma desvalorização sistemática das suas características étnico-raciais, o cabelo “ruim” é um dos grandes exemplos de como a estética negra foi representada com maus olhos (VEIGA, 2021; COSTA, 2021). Dessa forma, o alisamento vem como uma intervenção que elimina a característica indesejada, aproximando de uma forma ideal.

“O tempo todo você está sendo julgado”, nos diz Renato. Seja pela textura do cabelo, pelo tamanho dos lábios, pelo formato do nariz, pela cor da pele. Suas características fenotípicas são condição suficiente para que se coloque em questão seu caráter, sua moralidade, sua inteligência, sua capacidade. Estendendo o que Renato diz, o negro é constantemente subjugado. Diante disso, como construir uma estima positiva em um mundo que nos diz o contrário?

Para muitos desses, o campo da estima está fragilizado, é o que relata Lina. É o que relata Helen, Renato e Kessia. “E aí é toda uma questão que vem, e que querendo ou não ela mexe com sua autoestima, né? Você já cresce se achando feio. Você fica: nossa, meu nariz é largo, o meu cabelo não é liso, minha pele não é branca”, nos diz Helen.

Lina comenta sobre uma paciente que está com ela há três anos e durante todo esse tempo nunca se declarou negra, em decorrência dos atravessamentos da branquitude nos seus processos subjetivos. Se nos reconhecemos e construímos nossas identificações a partir do olhar e do reconhecimento do Outro, quais identificações são possíveis de serem construídas diante um Outro que porta uma série de significados negativos sobre o negro e a negritude?

Nessa mesma direção, pensando nesse e em outros casos, Lina comenta: “onde que esse corpo negro se ancora? Em outro corpo negro ferido? Na identificação com um corpo negro que eu não quero ser? De um corpo que eu rejeito? De um corpo que me trouxe sofrimento? Onde esse corpo negro resiste? Vivenciando as branquitudes” (LINA, 2023, p. 7).

Segundo Costa (2021), a forma como o corpo é percebido, experimentado em termos de dor, prazer ou desprazer, influencia diretamente a imagem que o sujeito tem de si mesmo. A criação de uma estrutura psíquica harmoniosa requer “que o corpo seja predominantemente vivido e pensado como um local e fonte de vida e prazer” (COSTA, 2021, p. 30).

A experiência de ter um corpo não desejado também se apresenta nas relações amorosas. Helen relata que na passagem para a adolescência, momento em que novos afetos vão se dando, foi ficando de lado em certas escolhas amorosas, os casais que se formavam eram brancos, as meninas mais desejadas eram as brancas. “Como é que você fica nessa história?” Para ela, foi mais uma experiência de rejeição, de desvalorização, onde sua beleza foi mais uma vez colocada em dúvida.

Zanello (2018) discorre que na nossa cultura o dispositivo amoroso desempenha um papel importante na forma como mulheres constroem sua subjetividade, o que significa dizer, que a forma como se veem e se relacionam consigo mesmas está fortemente ligada ao olhar do homem que as escolhe como objeto amoroso. Para ilustrar essas escolhas amorosas, a autora criou a metáfora da prateleira do amor, nesta, as mulheres estão dispostas de forma extremamente desigual, visto ser um padrão estético que regula suas posições nesta prateleira. Como sabemos o padrão é branco, louro, magro e jovem (ZANELLO, 2018).

Essa prateleira é ainda mais complexa para mulheres negras já que as dinâmicas sociais e afetivas estão pautadas pelo racismo e sexismo. Nesse sentido, há uma valoração diferenciada em torno desses corpos, que moldam a forma como essas mulheres vão ser percebidas e escolhidas no mercado afetivo (PACHECO, 2013 *apud* ZANELLO, 2018). Nessa dinâmica estética perversa, “quanto mais preto menor as chances” de ser escolhida por um parceiro amoroso, assim, as mulheres negras, as margens do mercado afetivo, foram mais associadas ao mercado do sexo, da erotização e do trabalho doméstico, enquanto isso, o amor, o afeto e o casamento seriam mais idealizados com mulheres brancas (ZANELLO, 2018).

Helen relata que essas configurações interferiram não só no seu senso de beleza, mas na sua autoestima como um todo, se colocando em dúvida sobre sua capacidade, sua inteligência, questionando se era merecedora de amor e de afeto. “Você vai se desenvolvendo com a autoestima baixíssima”, Helen comenta. Renato também nos diz algo parecido: “Quando você encontra pessoas da minha cor você percebe a autoestima delas muito baixa, de

tanto que acontece coisas com ele na vida. O tanto que vai acontecendo coisas e a pessoa vai baixando” (RENATO, 2023, p. 48).

A rejeição de si se transforma na rejeição do outro que também porta a característica que é rejeitada: a cor negra. E a fala de Helen é cirúrgica nesse sentido:

Eu lembro que isso se enraizou de uma forma que eu mesma passei a achar, por exemplo, pessoas bonitas só pessoas brancas. Ficava com crush e o crush era o que? Branco (...) E isso é tão forte assim, parando para pensar, que a gente mesmo internaliza isso e a gente vai agindo dessa forma e vai agindo igual ele. Ao mesmo tempo que você é vítima você também pratica a mesma situação (HELEN, 2023, p. 50).

Nossos afetos não estão desvinculados dos significados que compõem o mundo, são modulados em meio a uma cultura, na relação com os outros e em determinado tempo histórico, sendo assim, interesses não se dão naturalmente, como se nosso olhos não tivessem nenhum crivo, muito pelo contrário, nossos olhares estão interpelados por mecanismo sociais que determinam nossas formas de sentir (ZANELLO, 2018).

Fanon (2020) comenta sobre alguns mecanismos inconscientes que muitas vezes estão por trás das relações amorosas que pessoas de cor têm com pessoas brancas, nesse sentido, atravessado por sentimentos de rejeição e inferioridade, é na relação com o branco que o negro encontraria uma forma de “recompor sua dignidade”, de trazer para sua vida o elemento “desejado”, ainda que isso não implique uma mudança na sua condição, em alguma medida traria brancura para o seu mundo, e brancura com todos os sentidos que ela porta.

4.2.5. Os atravessamentos do racismo no mundo do trabalho

O trabalho é outra esfera da vida social atravessada pelo racismo, o que não é uma surpresa, visto que no mundo colonial as relações de exploração e desigualdade se deram justamente nesse espaço, a partir da transformação do corpo negro em mão de obra. Como visto, a abolição da escravatura não representou uma real liberdade para o negro, que seguiu marginalizado na sociedade, tendo dificuldades em se estabelecer no mercado de trabalho diante o preconceito social incrustado e os postos de trabalho que foram ocupados pelos imigrantes (FERNANDES, 2008). As relações entre racismo e trabalho são complexas e têm se expressado de diferentes maneiras, desde a escravidão até formas mais contemporâneas. Dificuldades na busca por emprego, progressão de carreira, reconhecimento profissional e discriminação no ambiente de trabalho são algumas das vivências relatadas pelos participantes da pesquisa.

Helen traz uma riqueza de vivências nessa esfera, talvez por, desde cedo, o trabalho ocupar um lugar na sua vida de garantia de sustento. Durante um período que passou desempregada, a participante comenta sobre uma grande dificuldade de conseguir emprego, ainda que tivesse experiência profissional, ensino superior completo e atendesse aos requisitos da vaga a qual estava se candidatando. Helen chegava a ser selecionada, chamada para a entrevista de emprego, mas depois desse momento sua candidatura não prosseguia. Segundo ela, isso aconteceu várias vezes. A questão era o momento da entrevista, visto que anterior a isso era inclusive elogiada quanto ao currículo: “Nossa, seu currículo é ótimo, se encaixa muito na vaga, vamos fazer uma entrevista?” Chegava na entrevista, era entrevistada e a candidatura era barrada em seguida.

Inicialmente achava que era algo em seu perfil que não se encaixava para a vaga, entretanto, as recusas foram tantas que passou a desconfiar que poderia ser algo além. Bento (2022) nos conta que em suas experiências de trabalho com diferentes instituições, se deparou com situações que deixavam nítida a preferência por pessoas brancas por parte das empresas. Durante um período de trabalho como recrutadora viu o quanto essas preferências se mostravam no processo seletivo e nos traz um exemplo de um desses casos, a vaga em questão era para secretária de um banco, na ocasião, havia enviado duas mulheres negras para realizar a entrevista. Logo após isso, o contratante a ligou, chamando sua atenção: “Não te disseram que neste banco não se contratam negras como secretária?” (BENTO, 2022, p. 10). A própria autora nos conta suas experiências recorrentes de ter sido recusada em suas buscas por emprego.

Renato também conta um episódio marcante envolvendo discriminação racial no trabalho. Como consta em seu relato, estava trabalhando na recepção de um condomínio no Lago Sul, cobrindo os dias de folga da pessoa que ali trabalhava. Um morador assim que entrou, viu Renato e falou: “Ah, mas a gente tá pagando com nosso dinheiro, não era para contratar pessoas como você não”. A recepção, assim como a portaria, são a porta de entrada, o “cartão de visita da empresa”, o condomínio, assim como o banco, segundo Bento (2022), têm a preferência de que pessoas brancas recepcionem seus clientes. Na discriminação explícita sofrida por Renato, uma cena colonial é reencenada, como aborda Kilomba (2019). Nela, o sujeito branco restabelece um passado de supremacia branca que por ele não foi superado. Sujeitos como esse demonstram resistência à diversidade e igualdade racial. A localidade em que ele reside reflete claramente essa segregação racial, sendo uma região com a menor proporção de pessoas negras no DF, onde a renda per capita ultrapassa 20 salários mínimos.

A ordem colonial procura ser mantida através da manutenção dos preconceitos e estereótipos em torno do corpo negro. Na mentalidade colonial embranquecida é mais fácil enxergar uma pessoa negra ocupando cargos de limpeza, cuidado e prestação de serviços. Como Lina relata: “Eu nunca sou a psicóloga, sou sempre a moça da limpeza, a atendente” (p.1). Helen, em sua saga para conseguir emprego naquele período, conseguiu um cargo de babá, para cuidar de duas crianças.

Segundo Bento (2022), em todas as instituições e empresas que passou percebeu um modo de funcionamento similar entre elas quando se refere a relações de raça e gênero. Helen também relembra a falta de diversidade racial no quadro de funcionários das empresas por onde passou, além de todos os seus recrutadores terem sido pessoas brancas.

E a maioria desses lugares que eu fui as pessoas que me entrevistaram eram pessoas brancas, loiras, sempre nesse padrão. E as empresas em sua maioria são pessoas brancas ao redor. Então, muitas vezes não tem espaço ou se tem, já tem a cota lá suficiente. Porque tem empresa que acha que representatividade é ter a cota lá de 10% de pessoas negras (HELEN, 2023, p. 51).

A medida que se parte para cargos de liderança o que se nota é uma cota de 100% para pessoas brancas, afirma Bento (2022). Assim, a liderança tem uma cara, e ela é branca e masculina (BENTO, 2022). E é o que os dados²⁹ nos mostram, em relação a cargos gerenciais, 26% desses cargos estavam sendo ocupados por pessoas negras, enquanto 45,2% por pessoas brancas; quanto a postos de rendimento mais elevado a proporção de pessoas negras presentes é ainda menor, 85% desses cargos estavam ocupados por pessoas brancas, enquanto pessoas negras ocupavam 14,6% desses cargos.

No trabalho atual de Helen, ainda que o corpo geral tenha sofrido mudanças e hoje a realidade esteja um pouco mais equiparada, nota-se que, justamente nesses cargos elevados, a presença de pessoas negras é mínima. E ela levanta uma série de questionamentos quanto a isso:

Quantos gestores negros eu tenho aqui? Por que só dois gestores negros? Será que não tem pessoas negras qualificadas para isso?”. E ela mesma reconhece que tem pessoas qualificadas, e não é a falta de capacidade que responde essas questões, mas sim a falta de oportunidade (HELEN, 2023, p. 51).

Lina em um momento da entrevista fala sobre a valorização do seu trabalho por parte, inclusive, dos pares da profissão, que somente indicam pacientes que podem pagar um valor

²⁹ Dados do IBGE - Pesquisa sobre as desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil, 2022.

social. A questão, como ela aborda, não é atender esses pacientes, até porque sua clínica é composta majoritariamente por essas pessoas, mas sim a própria valorização do seu trabalho por colegas da profissão.

Outro ponto levantado por ela é o reconhecimento de seu trabalho pelos outros assuntos que ela se envolve e não só sobre pautas raciais: “Nós pessoas pretas queremos reconhecimento não só sobre pautas raciais. Eu tô falando no sentido de ampliar isso (...) chamam a gente só para falar de racismo, ninguém chama a gente para falar de psicanálise, de atendimento terapêutico e outros tipos de trabalho” (LINA, 2023, p. 4).

A falta de reconhecimento e valorização do seu trabalho foi um ponto levantado por Helen:

Parece que a pessoa negra tem que demonstrar mil vezes mais que ela é capaz de uma coisa, para ela conseguir atingir aquele lugar, aquele espaço. Enquanto uma pessoa branca, por exemplo, a coisa é mais fluida, mais fácil, com menos empecilhos. (...) na condição de pessoa negra, a gente tem que se esforçar, tem que demonstrar que, sei lá, você tem que provar sua capacidade (HELEN, 2023, p. 52).

Lina comenta que entre seus pacientes, essa queixa também é presente: “Pessoas negras trabalham muito mais para poder chegar nos lugares. Isso é um fator adoecedor”. O trabalho despendido, muitas das vezes, não é garantia de reconhecimento ou de sucesso, e é o que Helen traz em forma de questionamentos: “E aí será que todo esse meu comprometimento, minha experiência, não é digna de um cargo de gestão, por exemplo? De uma liderança? O que me impede de tá num cargo desse? Numa situação dessa?” (HELEN, 2023, p. 52).

4.2.6. Sofrimento racial e transferências na clínica

Quais as pessoas que acessam os consultórios de psicologia? Esse parece ser um ponto inicial a se destacar. Lina trabalha com um público diverso, tem pacientes negros, indígenas, quilombolas, e realiza um projeto de atendimento voluntário para pessoas negras em situação de vulnerabilidade extrema. “Justamente por entender que pessoas negras não têm esse alcance no campo terapêutico. Nossa psicologia é branca. Não alcança. É elite” (LINA, 2023, p. 2).

Essa realidade se reflete no público de Kessia, dos quinze pacientes que atende, apenas três são mulheres negras. O que mostra uma disparidade no acesso a esse serviço de saúde, considerando que a população negra corresponde a 56% da população. Entender o histórico

de injustiças sociais e seus efeitos no acesso democrático aos serviços de saúde, por exemplo, parece ser um passo fundamental para a construção de práticas que vão no sentido a um combate a essas desigualdades. De acordo com Guimarães e Jardim (2019), já se encontrava em Freud uma certa preocupação em tirar a Psicanálise desse patamar elitizado, perceptível em seu esboço de um projeto de psicanálise pública, que resultou na abertura das policlínicas sociais em algumas cidades de países da Europa (GUIMARÃES E JARDIM, 2019). O projeto Psicanálise na Rua, aqui no Distrito Federal, assim como outras experiências destacadas pelos autores, refletem o compromisso político de psicanalistas e coletivos de estarem questionando os alcances da atuação psicanalítica em uma sociedade nitidamente marcada por inúmeras opressões sociais.

O relato de Lina nos fornece um panorama dos sofrimentos que comparecem nessa clínica:

Por que que eu não sou valorizada? por que ele não me ama? por que ele me bateu? por que eu fui estuprada? por que meu filho morreu? (...) não é uma clínica fácil de fazer (...) é alto índice de extermínio, é a solidão, principalmente das mulheres negras que não conseguem companheiros ou companheiras por conta da sua cor, o abandono, as mães carreiras solo. Isso tudo é muito adoecedor, as pessoas chegam ferradas. E eu trabalho com alto extermínio, adivinha quais os corpos que tentam mais suicídio? (LINA, 2023, p. 9).

Seu relato, nos confirma a necessidade de pensarmos, enquanto psicólogos, nas marcas da colonização e do racismo nas relações étnico-raciais, e de que forma essas problemáticas atravessam as subjetividades, contextualizando o corpo e o sofrimentos na dimensão sócio-histórica em que se inserem (KON, 2017). Quanto a isso Kessia comenta:

E eu confesso que quando comecei a atender algumas mulheres negras, eu senti em mim a necessidade de estudar mais sobre, de falar, não perai, deixa eu entender as vivências dessas mulheres, deixa eu entender ... porque não é o meu lugar de fala, então espera, elas não vão me passar tudo, é claro que tem uma troca riquíssima dentro da terapia, mas espera lá, até onde elas me passam, e até onde também eu consigo atender? Porque é uma troca, né? E se eu não entender elas, se eu não conhecer dessas vivências, como que eu vou ajudar, né? Como que eu vou fazer as minhas intervenções? Como é que eu vou trabalhar? Não trabalho pelo menos (KESSIA, 2023, p. 7).

Kessia ressalta a necessidade de compreender mais sobre as complexidades do racismo e seus atravessamentos na vida das mulheres negras que atendia. Seu “lugar de fala”, como ela comenta, ou, sua condição enquanto uma mulher branca foi um fator limitante para um maior entendimento sobre essas realidades, visto que, por ser uma mulher branca, nunca

precisou se preocupar com o racismo. Enquanto terapeuta, atendendo pacientes negras, esse déficit compareceu. No atendimento a uma dessas pacientes percebia que a terapia não estava se desenvolvendo, que havia na história relatada pela paciente lacunas de certos períodos da vida que, Kessia, não conseguia acessar:

Eu sentia também que além das estratégias não estarem funcionando, sabe quando você conversa com uma pessoa ou coleta informações de um paciente e parece que ele esconde coisas? Eu tava com essa sensação (...) na época a gente estava tentando trabalhar questões de ansiedade, procrastinação e autoestima. E aí eu falei “ó, vamos lá, não tá rendendo, como que a gente pode trabalhar de uma forma assertiva? Você acha que é possível ainda manter a terapia? Você realmente está se sentindo confortável? (KESSIA, 2023, p. 5).

Não conseguindo acessar esse campo da paciente e percebendo que o processo terapêutico não estava fluindo, Kessia, depois de muito tentar, perguntou para a paciente se ela gostaria de dar continuidade com outro terapeuta. Em um primeiro momento houve uma negativa, a paciente disse não haver necessidade, entretanto, um tempo depois, a paciente diz a Kessia que iria “topar o encaminhamento”. Kessia a encaminha para uma psicóloga negra que, depois de um tempo, te dá um feedback positivo sobre o processo terapêutico com a paciente. Kessia nos diz sobre a conversa com a psicóloga:

E ela realmente tinha questões na adolescência, realmente tinha vivências ali pesadas de racismo, de ter sido exposta pelo padrasto que era um alemão branco, e que ficava fazendo racismo com ela dentro da própria casa da mãe. E eram coisas muito sérias que para mim ela não quis contar. E eu respeito a história dela, talvez por eu ser branca, talvez por remeter alguma lembrança, por ser algum gatilho, enfim (KESSIA, 2023, p. 6).

O que Kessia nos traz remete possivelmente ao fenômeno da transferência analisada por Freud durante o processo analítico, e que não se restringe a uma análise, sendo percebido também em outros processos psicoterápicos (FREUD, 1912). Na transferência, sentimentos, desejos e conteúdos inconscientes do paciente são projetados na relação com o terapeuta, atualizando nessa relação conflitos e afetos experimentados no passado, especialmente com figuras importantes em sua vida (FREUD, 1912). Essa transferência se anuncia na forma de resistências observadas durante o processo terapêutico (FREUD, 1912), no caso trazido por Kessia, a paciente deixava de fora partes importantes de períodos da sua vida, não conseguindo avançar nessas questões, ainda que houvesse um esforço por parte da terapeuta. Baseada em Freud, Guerra (2022) comenta que:

A transferência acompanha todo o tratamento analítico, e, quanto mais perto se chega dos complexos estruturantes da neurose, de seu núcleo patogênico, mais ela se transfere para a cena analítica e se dirige como resistência ao laço com o analista. Por isso, pode chegar a se manifestar, no ápice de resistência, como ato, interrompendo o deslize significativo, o circuito da palavra, na associação livre, ou mesmo provocar o término da própria análise (GUERRA, 2022, p. 40).

Nesse sentido, segundo Freud (1912), o manejo da transferência se mostra uma das tarefas mais difíceis ao analista, e é por meio deste manejo que uma análise pode ter êxito como também pode ser interrompida. Para tanto o lugar que o analista se posiciona é fundamental, seu esforço é o de não responder como pessoa, com seus desejos, sentimentos e história pessoal, mas sim, responder a partir de um lugar, o lugar do Outro como denominado por Lacan, campo do simbólico, da linguagem, da historicidade, do vazio da pessoa analista para ser suporte dos investimentos do analisando (FINK, 2018).

Pelo exposto, e em uma perspectiva psicanalítica, parece que Kessia, em relação a esse caso, respondeu a partir de um lugar contratransferencial. Seus sentimentos pessoais e a identificação com sua autoimagem entraram em cena, o que comprometeu sua função enquanto terapeuta, cujo único desejo é o de que uma análise se opere (FINK, 2018). Suportar os investimentos libidinais do analisando implica em também ser capaz de sustentar as faltas e lacunas em sua narrativa. Kessia já havia percebido que essas questões podiam estar relacionadas a aspectos raciais, do fato dela ser uma mulher branca e em alguma medida estar acionando alguns “gatilhos” em sua paciente. Sendo assim, parece que Kessia enfrentou algumas dificuldades quanto ao manejo da transferência.

Vendo-se diante alguns limites que impactavam na boa realização de seu trabalho, Kessia optou por um encaminhamento. Este que não veio sem algumas reflexões, como: “Até onde [meu trabalho] realmente está agregando?” (KESSIA, 2023, p. 6).

Guerra (2022), quanto ao manejo da transferência, sublinha algumas recomendações dadas por Freud:

1- Revelar a resistência familiarizando o paciente com ela, apesar de isso acirrar os próprios processos de resistência; 2 - Dar tempo de o analisante *elaborar* a resistência através da associação livre; 3 - No auge da resistência, descobrir os impulsos pulsionais recalçados que alimentam a resistência; 4 - Esperar e deixar o caminho do tratamento seguir seu curso, inevitável de toda forma; 5 - Evitar o *furor sanandis*, o furor de tratar, de curar, o que é uma verdadeira prova de paciência para analista e de coragem para o analisante (GUERRA, 2022, p. 47).

Lina traz uma fala que vai nesse sentido, quando comenta que:

A pessoa tem que se sentir confortável (...) A gente tá aqui para trabalhar essas dores. Óbvio que eu percebo que muitas dessas dores são advindas do nosso sistema operacionalizado do racismo nosso de cada dia, mas isso é trabalhado com cautela e no tempo do outro (LINA, 2023, p. 2).

Lina conta que, como psicóloga, trabalha a partir de uma perspectiva mais abrangente, o que implica em uma escuta clínica não enviesada. Nessa direção, diferente de uma atuação no campo da militância, a atuação na clínica teria como referência o processo do outro, o que envolve, segundo ela, uma questão de tempo e espera. Dessa forma, por respeitar o tempo do outro, não procura uma revelação do racismo e das próprias branquitudes que podem estar envolvidas nos processos da pessoa.

Baseado em Lacan, Jorge (2017) discorre que o discurso/posição do analista se distingue do discurso do mestre, enquanto este oferece significados e sentidos ao sujeito, o analista se coloca de modo a favorecer o enunciado dos significados que o constituíram como sujeito, a partir da fala do próprio analisando. Assim, diferentemente do mestre que impõe significados, o psicanalista propicia que o sujeito expresse em seu próprio discurso os significantes que desempenharam um papel crucial em sua constituição subjetiva (JORGE, 2017).

Mesmo diante das diferenças entre as abordagens psicoterápicas, a compreensão da história de vida do sujeito é fundamental no processo terapêutico. Pela história revelam-se as vivências, o modo como se deram as diferentes relações sociais, o que foi compartilhado, o que foi aprendido, possibilitando uma análise mais contextualizada da vida do sujeito. Ainda que cada abordagem defina seus meios, Kessia nos traz um relato alinhado à expressão dos significantes envolvidos na história do sujeito, no que diz a seguir:

Por exemplo, hoje você tem baixa autoestima e quer modificar a sua relação com o teu autocuidado, porque a sua relação com o cuidado hoje não está sendo funcional para ti. Então, vamos entender onde a gente aprendeu que esse autocuidado tinha que ser assim. Onde você aprendeu que não podia aceitar os seus cabelos, por exemplo? Que comentários que a gente ouviu? Quais vivências que a gente teve? Qual o medo que a gente tem? Para a gente mudar esses comportamentos que são disfuncionais (KESSIA, 2023, p. 3).

Diferente de Lina, Kessia tem uma abordagem mais pedagógica, o que talvez se assemelha a postura de mestre, quando, por exemplo compartilha um artigo com a paciente para gerar um diálogo sobre determinada questão, e até mesmo chega a pontuar para a paciente algo que ela não está vendo:

Às vezes, eu pontuo: Olha, você entende que isso aqui é racismo? Você compreende que isso aqui é um preconceito? Você também está enxergando isso ou só sou eu que estou vendo sozinha? Como você enxerga? Às vezes, elas ficam meio assim, tipo: “Putz, é isso, né? Não queria reconhecer, mas é”. E aí eu tento fazer com que elas vejam isso, porque muitas também têm um certo receio de se ver nesse lugar de tendo preconceito consigo mesmas. Sendo racistas consigo mesmas, né? Em alguns momentos de ter vivenciado o próprio racismo vindo de outras mulheres pretas. Então, tem uma série de questões, aí eu sempre falo: “Você percebe isso?” Aí a gente vai lá no conceito do que é o racismo, a gente vai lá entender um pouquinho tudo isso com artigos, às vezes artigos, às vezes eu levo trechos de alguns livros que eu já estudei, e falo: “Olha aqui não é meu lugar, mas vamos lá, será que isso aqui está certo?” Para gerar reflexões (KESSIA, 2023, p. 4).

Lina comenta que o sofrimento não deixa de existir com o reconhecimento do paciente sobre a própria negritude e a presença do racismo em suas experiências de vida. Ainda assim, ela percebe que a nomeação dessas questões pelo próprio paciente representa um momento de “escurecimento”, no qual novos sentidos passam a ser dados a situações enfrentadas ao longo da vida, como, por exemplo, “por que ninguém me chamou para dançar quadrilha na escola? Por que eu nunca fui o par de ninguém? Por que nunca ninguém me levou para o cinema, sempre me levou para o motel? Por que o meu corpo sempre foi o corpo que mais demorou a ganhar remédio? (...)” (LINA, 2023, p. 3).

Uma psicoterapia é ocasião para o empoderamento do sujeito, o que implica o reconhecimento do seu poder e do seu saber, ainda que supostamente não estejam manifestos. Acredito que a compreensão de que o nosso saber é apenas suposto, conforme teorizado por Lacan, nos livra de intervenções apressadas e potencialmente opressoras. Até que ponto intervenções como a de Kessia, pautada na boa ação do ensinamento, não reproduzem velhas lógicas coloniais?

Assim, conforme Jorge (2017):

O lugar do analista é duplo: como objeto a, ele é silencioso, pois o objeto não emite significantes, mas, ao contrário, leva o sujeito a fazê-lo; como Outro, o analista está na posição de receptor da mensagem inconsciente do analisando, ele a recolhe de modo tal que pode vir a repassá-la para o seu maior interessado. O analista fica, desse modo, na posição do catalisador da experiência; como na química, ele não participa da reação sendo consumido, mas para favorecê-la e acelerá-la (JORGE, 2017, p. 165).

4.3. (RE) INTERPRETAÇÃO

No contexto analítico vários elementos se sobrepõem nas experiências do paciente, “a materialidade, o real, a imagem e a norma simbólica”, que em um entrelace criam situações particulares e complexas (GUERRA, 2022, p. 44). Torna-se necessário na escuta do mal estar e do sofrimento psíquico do sujeito, a análise das complexas camadas de opressão social: opressões de gênero, raça, classe, capacitismo, entre outros (GUERRA, 2022). A cosmovisão que regula o mundo colonial é “cisgênero, heterossexual, patriarcal, branca, burguesa e cristã”, e são esses valores que orientam a construção das subjetividades e das realidades, moldando o Ideal do Eu. Nessa direção, sintomas e adoecimentos psíquicos advêm como uma resposta intrapsíquica aos conflitos vivenciados pelo sujeito ante essas imposições estruturais (GUERRA, 2022).

Como Guerra (2022) comenta, os sofrimentos do Norte e Sul Global não são os mesmos, ou seja, as questões e os desafios que enfrentamos comporta as particularidades de nossa história e sociedade. A dimensão transferencial da clínica nos “revela o modo como a história se encripta no corpo e se manifesta na iteração pulsional atualizada na relação com o analista” (GUERRA, 2022, p. 45). Conforme a autora, o corpo do analista é um elemento a ser considerado na cena, no caso relatado por Kessia, temos um cenário clínico formado por um corpo de uma mulher branca, e o corpo de uma mulher negra, em uma relação que o psicólogo ocupa uma suposta posição de saber/poder em relação ao paciente. Quais os significantes que podem ser ativados nessa configuração? O que fazer quanto a isso? Como não fazer disso um fator limitante mas sim material para que a análise prossiga?

Kessia entende e afirma que uma psicologia antirracista não é composta apenas por psicólogos e pacientes negros, ressalta o compromisso de psicólogos e psicólogas em entenderem “a história do racismo”, “de que forma afeta as vivências de pessoas pretas” e “independente da sua condição racial”. Também traz a seguinte frase: “eu acho que é muito importante o psicólogo ter essa sutileza de entender quem ele ... assim, como que ele também influencia no paciente” (KESSIA, 2023, p. 6). Me permitindo completar: quem ele é, ou que corpo porta e como isso influencia no paciente.

Como exposto, o lugar do analista é o lugar do vazio, do não sujeito, de suporte dos investimentos do analisando, não é a materialidade de seu corpo, sua cor, seu sexo, seu gênero, que está em jogo, mas também não é sem isso (FINK, 2018; GUERRA, 2022). Seu corpo também é sobreposto por essas intersecções que uma cena analítica não é capaz de modificar, já que está em um campo discursivo muito mais amplo (GUERRA, 2022). Assim,

não tem como recusar ou ignorar esses lugares que o nosso corpo está inscrito, e, lembrar disso, parece ser importante diante alguns entraves na relação transferencial (GUERRA, 2022). Reconhecer o “lugar de fala”, não para uma identificação com esse lugar e talvez justificativa para o não sucesso de uma análise/psicoterapia, mas como reconhecimento de um possível lugar que o paciente pode estar lhe investindo. A abertura do analista a todos os lugares que o analisando projeta sobre ele é condição fundamental para que uma análise aconteça (SIRELLI, 2013).

A transferência torna-se assim ponte para que essas questões possam ser trabalhadas com o sujeito e ele possa ir modificando suas relações simbólicas, ou seja, sua relação com o Outro, com as normas e ideais sociais que limitam as compreensões sobre si e seu lugar no mundo (FINK, 2018; GUERRA, 2022).

Neste mundo marcado pelo colonialismo, a transformação das relações com o simbólico se torna uma via que abre possibilidades de vida, em contraste com o mundo do colonizador, que desde que pisou a terras estrangeiras trouxe consigo a morte. Morte, intolerância, guerras, genocídio, expropriação de terras e recursos que ainda presenciamos em várias partes do mundo. As pressões sociais impostas pelo neoliberalismo e neocolonialismo se manifestam através de um supereu rigoroso que exige que alcancemos um desempenho bem sucedido de acordo com os ideais estabelecidos por uma “cosmologia cisheteropatriarcal, burguesa e branca” (GUERRA, 2022, p. 45). De acordo com a autora, essa é a alienação subjetiva de nossa época, e que tem como custo a destruição do outro, a exploração do meio ambiente e a aniquilação completa da diferença.

A auto exigência e a cobrança por um bom desempenho parecem ganhar o dobro do peso na realidade da pessoa negra, e talvez de toda pessoa que foge à norma. Exigências essas atravessadas pelos ideais dominantes de nossa era. O ter que “ser melhor”, o “fazer 2x mais” são cobranças que aparecem não só na fala das pessoas negras entrevistadas por Souza (2021), mas também nos relatos dos participantes dessa pesquisa. E que também refletem o ideal da ascensão social como um caminho para superar barreiras historicamente estabelecidas em relação a certos lugares (SOUZA, 2021). Nesse sentido, Helen tece alguns comentários:

Quando você é uma pessoa negra, mas é de certa forma bem sucedida aos olhos da sociedade, você consegue passar meio despercebido, você consegue adentrar aqueles espaços (...); Parece que a pessoa negra tem que demonstrar mil vezes mais que ela é capaz de uma coisa, para ela atingir aquele lugar, aquele espaço (...); Na condição de pessoa negra, a gente tem que se esforçar, tem que demonstrar que, sei lá, você tem que provar sua capacidade. Eu faço meu trabalho de forma excelente, de forma ótima, eu me entrego muito, me

dedico, tanto é que ontem, eu fiquei até duas horas da manhã para entregar uma coisa hoje. Então me dediquei, doe meu tempo, meu sono para aquilo. Eu tenho esse movimento comigo de querer me identificar com pessoas de sucesso (HELEN, 2023, p. 52).

Uma questão que fica é: qual o custo que pagamos, a nível subjetivo, para cumprir com essas demandas? Ainda que a lógica dominante seja essa, há sempre novas possibilidades discursivas, lógicas alternativas a da dominação/exploração/colonização (GUERRA, 2022). Nesse sentido, a cosmovisão de povos originários, de comunidades quilombolas, e de povos de terreiro, por exemplo, têm muito a contribuir. De acordo com Núñez (2021), a modernidade e suas ficções produziram até aqui diferentes crises, estamos vendo o mundo acabar em virtude do desenvolvimento, propõe assim, o envolvimento como lógica contrária. Relações pautadas no envolvimento: envolvimento com o meio ambiente, com a terra, com os outros, e com todos os seres existentes (NÚÑEZ, 2021). Compreensão essa inerente à vida de povos originários, tanto que, de acordo com a autora, falar de saúde mental da população indígena, é também entender suas relações com o território e como a ininterrupta disputa por ele afeta seus modos de vida e produzem sofrimentos (NÚÑEZ, 2021).

Sendo assim, são outras narrativas sobre si e sobre o mundo que permitem furos nessa lógica dominante mortífera. Veiga (2021) nos fala que a clínica com pessoas negras, e acredito que isso possa ser estendido para a clínica com corpos que fogem à normatividade, é uma clínica do impossível, pois por mais diversos que sejam, todos os paciente precisam encarar a impossibilidade da resolução imediata do racismo (e do machismo, da lgbtfobia, entre outros). E esse encontro pode gerar uma impotência e insuficiência que se manifesta em diversas áreas da vida, ao mesmo tempo, este encontro com o impossível nos coloca diante a necessidade de criação de rotas de fuga (VEIGA, 2021).

Apesar de termos de lidar com a máquina mortífera do racismo, seguimos produzindo realidades e modos de vida impossíveis considerando o cenário em que vivemos. O paradoxo na clínica com pessoas negras é este: o impossível do fim imediato do racismo e o impossível de sermos totalmente capturados por ele (VEIGA, 2021, p. 27).

O relato compartilhado por Helen nos oferece um vislumbre dessa perspectiva:

Quando eu me percebi, quando eu passei a me amar mesmo, a ter autoestima, a me valorizar (...) foi quando eu comecei a me potencializar mais. Foi no momento que eu me expandi mais. Foi no momento que eu saí da bolha e consegui ter outras perspectivas, ver novas possibilidades (...) E aí o movimento é se fortalecer cada vez mais e não deixar que esses olhares determinem minha capacidade, determinem como eu me vejo, a minha perspectiva sobre mim, sobre a minha beleza, que me molde em relação às coisas que eu penso (HELEN, 2023, p. 55).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, foram exploradas as raízes sócio-históricas do racismo, analisando como essa configuração ideológica perdura na contemporaneidade, em uma sociedade estruturada pela colonização e escravidão. Buscou-se compreender quais os atravessamentos do racismo na vida de pessoas negras e quais as particularidades que o mesmo imprime em suas subjetividades, sendo este o objetivo principal da pesquisa.

Para tanto, delineou-se alguns objetivos específicos, incluindo a utilização de relatos pessoais de pessoas negras como fonte para compreender as repercussões do racismo, a análise das particularidades de uma clínica com pessoas negras sob a perspectiva de psicólogos atuantes, a abordagem desses a partir de uma perspectiva decolonial, e a utilização da psicanálise como referencial teórico para analisar os atravessamentos subjetivos do racismo.

Os resultados nos mostraram que, muitas vezes, a marcação racial se dá a partir dos olhares de julgamento que expressam uma subjugação, suspeita ou estranhamento sobre o corpo negro, funcionando como uma forma “sutil” de perpetuação do racismo cotidiano.

Desde a infância, as vivências da pessoa negra são marcadas por rejeição, esta que se estende ao ambiente escolar, local onde as violências ocorrem por meio do bullying, e nas relações afetivas e amorosas, que começam a ser desenvolvidas no período da adolescência, e o corpo negro é preterido em relação ao corpo branco. Assim, amores e afetos são negados e a solidão é comumente experimentada por mulheres negras.

Em meio a esses discursos e ideais brancos, constrói-se um Ideal do Eu embranquecido, a experiência da pessoa com o próprio corpo e com ela mesma se torna uma experiência de conflito. O sentimento de baixa autoestima foi algo comum informado em todos relatos. Autoestima não só em relação ao próprio corpo, mas em relação a própria inteligência, capacidade e merecimento.

No âmbito do trabalho, o racismo se manifesta nos processos seletivos, na composição desigual do quadro de funcionários que é ainda mais evidente à medida que se sobe nos graus de hierarquia. Outra característica marcante foi o quanto pessoas negras parecem ter que se esforçar duas, três vezes mais para alcançar e manter um lugar no trabalho. Esforço esse que não é reconhecido, não só em relação a elogios, mas a oportunidade de gradação na carreira.

Quanto aos aspectos clínicos, podemos nos perguntar: de que forma estamos contribuindo de forma ética e política para a transformação das injustiças sociais no mundo em que vivemos? Nossos pacientes refletem a cara do Brasil? Nossa psicologia ainda é branca, inclusive em um sentido epistemológico, entretanto, essa realidade vem sendo

mudada por psicólogos, coletivos e outros serviços preocupados em tornar esse serviço de saúde mais democrático.

Uma clínica antirracista, decolonial, envolve não só, ainda que seja fundamental, um conhecimento social e histórico sobre o racismo, mas um saber-fazer clínico, que envolve, um saber manejar as transferências de forma sensível às questões relacionadas ao racismo. Ainda que o analista ocupe o lugar do Outro, lugar de um vazio enquanto pessoa e suporte para os investimentos do analisando, a materialidade de seu corpo insere-se na cena analítica. Sendo um corpo branco, certas transferências negativas podem ser favorecidas, assim, uma maior atenção quanto ao manejo transferencial é necessária, de modo a não tornar essa experiência mais uma violência e rejeição para o paciente, e sim, favorecendo que novos conteúdos possam ser mobilizados a partir daí.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Temas básicos de sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1956.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *O que é racismo estrutural?*. Belo Horizonte, MG: Letramento, 2018.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BORGES, Rosana. Prefácio. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi. *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 7-14.

BOTELHO, Maurilio Lima. Colonialidade e forma da subjetividade moderna: a violência da identificação cultural na América Latina. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 34, p. 195-230, dezembro, 2013.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. *Dados estatísticos do sistema penitenciário*. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios-e-manuais/relatorios/relatorios-analiticos/br/brasil-junho-2022.pdf>. Acesso em: 10 abril. 2023.

CAPUTO, Lara Rodrigues. *Formação social brasileira, racismo e sofrimento psíquico da população negra: um estudo de revisão na área de Serviço Social*. (2021). Dissertação (mestrado acadêmico) - Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2021.

COSTA, Jurandir Freire. Prefácio à edição original. In: SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. p. 23-45.

CRISTOFARO, Helgis Torres. Introdução. In: TESHAINER, Marcus Cesar Ricci; LIMA, Rafael Alves; D'AFONSECA, Vanessa Cunha Prado. *Biopolítica e psicanálise: vias de encontro*. São Paulo: Via Lettera, 2019. p. 8-20.

DEMO, Pedro. *Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos*. Brasília: Liber livro Editora, 2004

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FAUSTINO, Deivison. O mal-estar colonial: racismo e o sofrimento psíquico no Brasil. *Clínica & Cultura*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 82-94, dezembro, 2019.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Globo, 2008.

FINK, Bruce. *Fundamentos da técnica psicanalítica: uma abordagem lacaniana para praticantes*. São Paulo: Blucher, 2017.

FREUD, Sigmund. O Eu e o Super-Eu (Ideal do Eu). In: *O Eu e o Id, "autobiografia" e outros textos*. São Paulo: Companhia das letras, 2010. (Obra originalmente publicada em 1923). v. 16, p. 25-36.

FREUD, Sigmund. Introdução ao narcisismo. In: *Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos*. São Paulo: Companhia das letras, 2010. (Obra originalmente publicada em 1914). v.12, p. 9-37.

FREUD, Sigmund. A dinâmica da transferência. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1912. v. 12, p. 133-148.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, dezembro, 2016.

GOUVEIA, Rachel. "Crimes da paz": as expressões do racismo na saúde mental da população negra. In: Defensoria Pública. *Direitos humanos, saúde mental e racismo: diálogos à luz do pensamento de Frantz Fanon*. Rio de Janeiro, 2020. p. 72-83.

GUERRA, Andréa Máris Campos. *Sujeito suposto suspeito: a transferência psicanalítica no Sul Global*. São Paulo: Edições, 2022.

GUIMARÃES, Thessa; JARDIM, Raoni Machado Moraes. Apontamentos sobre o horizonte crítico do Psicanálise na Rua. *Teoría y Crítica de la Psicología*. p. 315-339, dez. 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pnad Contínua: Características gerais dos moradores. 2020-2021*. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=34420 & t= publicações](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=34420&t=publicacoes). Acesso em: 10 abril. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. 2022*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=publicacoes>. Acesso em: 10 abril, 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Atlas da violência. 2021*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/1/homicidios>. Acesso em: 10 abril, 2023.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, v. 1: as bases conceituais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

JORGE, Marco Antonio Coutinho. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan, v. 3: a prática analítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2017.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KON, Noemi Moritz. À guisa de apresentação: por uma psicanálise brasileira. In: KON, Noemi Moritz; SILVA, Maria Lúcia; ABUD, Cristiane Curi. *O racismo e o negro no Brasil: questões para a psicanálise*. São Paulo: Perspectiva, 2017. p. 15-29.

LAPLANCHE, Jean. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEMOS, Guilherme Oliveira. *No Dilacerar do Concreto: As histórias dos apartheids entre as satélites de Brasília e as townships de Joanesburgo (1955 - 1971)*. 2022. Tese de doutorado - instituto de ciências humanas e sociais, UnB, Brasília, 2022.

LIMA, Márcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. In: *Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo*. São Paulo: Sesc/Cebrap, 2016. p. 24-41.

LIMA, Rafael Alves. Alcances e limites de uma leitura biopolítica da implantação da psicanálise no Brasil: racismo científico, educação sexual e projeto civilizatório. In: TESHAINER, Marcus Cesar Ricci; LIMA, Rafael Alves; D'AFONSECA, Vanessa Cunha Prado. *Biopolítica e psicanálise: vias de encontro*. São Paulo: Via Lettera, 2019. p. 71-86.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n.32, dezembro, 2016.

MEZAN, Renato. *Freud: a trama do conceito*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: M. C. S. Minayo (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 9-28.

NASCIMENTO, Abdias do. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva, 2021.

NÚÑEZ, Geni. Especial CDH EP03 - Saúde Mental: população negra, indígena e quilombola. *CFP*, 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/cfp/comissao-de-direitoshumanos/campanha/podcast/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SILVA, Fabíola Figueirêdo. Psicologia no contexto da ditadura civil-militar e ressonâncias na contemporaneidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 37, n. especial, p. 82-90, 2017.

SIRELLI, Nilda Martins. A transferência e seu manejo clínico. *Psicanálise & Barroco em revista*, v. 11, n. 2, p. 41-51, dez, 2013.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

TOREZAN, Zeila C Facci; AGUIAR, Fernando. O sujeito da psicanálise: particularidades na contemporaneidade. *Mal-estar e subjetividade*, Fortaleza, v. 11, n. 2, p. 525-554, junho, 2011.

VEIGA, Lucas Motta. *Clínica do impossível: linhas de fuga e de cura*. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

ZANELLO, Valeska. *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris, 2018.

ZIZEK, Slavoj. *Como ler Lacan*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

“Racismo, subjetivação e sofrimento psíquico: as implicações do racismo na saúde mental da população negra brasileira”

Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília - CEUB

Pesquisadora responsável: Prof^a. Dr^a. Tania Inessa Martins de Resende

Pesquisadora assistente: Bruna Barros Barbosa da Silva

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo geral deste estudo é analisar os atravessamentos do racismo nos processos de subjetivação da pessoa negra, assim como suas implicações no desenvolvimento de sofrimentos psíquicos. Os objetivos específicos são: analisar como o racismo produz na pessoa preta configurações subjetivas particulares a partir de um referencial psicanalítico; analisar os processos de saúde e adoecimento do sujeito a partir de perspectivas decoloniais; compreender as repercussões do racismo nas vivências da pessoa preta a partir de seus relatos pessoais; analisar as particularidades da clínica com pessoas negras a partir da perspectiva de psicólogos atuantes.
- Você está sendo convidada a participar exatamente por ser uma pessoa que apresenta contribuições de potencial valor ao estudo.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em uma entrevista com a pesquisadora.

- O procedimento é uma entrevista semiestruturada, a qual as perguntas se baseiam em um roteiro prévio, entretanto esse roteiro não tem um caráter rígido e o esperado é que a entrevista se dê de maneira mais natural.
- A entrevista terá uma duração de aproximadamente 60 minutos.
- A entrevista será gravada e ocorrerá em local escolhido pela participante, podendo ser presencial ou de forma remota.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui riscos de evocar conteúdos emocionais, os quais serão acolhidos pela pesquisadora e se as participantes desejarem, elas poderão suspender a entrevista. Caso haja necessidade, será feito o encaminhamento para uma rede de apoio.
- Medidas preventivas serão tomadas durante as entrevistas para minimizar qualquer risco ou incômodo: as entrevistas serão conduzidas de forma que as participantes se sintam confortáveis.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você está livre para não o realizar.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir para maior conhecimento sobre as implicações do racismo nos processos de tornar-se sujeito, bem como seus possíveis atravessamentos nos processos de saúde e adoecimento.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.

- Os dados da entrevista ficarão sob a responsabilidade de Bruna Barros Barbosa da Silva com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/CEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone (61) 3966-1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____,
RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, _____ de _____ de _____.

Participante

Dra. Tania Inessa Martins de Resende (61)9977-1763 / taniainessa@gmail.com

Bruna Barros Barbosa da Silva / (61)999149820 / bruna.bbs02@gmail.com

Endereço dos responsáveis pela pesquisa

Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Endereço: SEPN, 707/907 Via W 5 Norte

Bairro/CEP/Cidade: Asa Norte – DF/ 70790-075

Telefones p/contato: (61)3966-1383

Endereço do(a) participante

Domicílio: (rua, praça, conjunto):

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Contato de urgência: Sr (a).

Domicílio: (rua, praça, conjunto)

Bloco: /Nº: /Complemento

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO

“Racismo, subjetivação e sofrimento psíquico: as implicações do racismo na saúde mental da população negra brasileira”

Instituição das pesquisadoras: Centro Universitário de Brasília - CEUB

Pesquisadora responsável: Prof^a. Dr^a. Tania Inessa Martins de Resende

Pesquisadora assistente: Bruna Barros Barbosa da Silva

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo geral deste estudo é analisar os atravessamentos do racismo nos processos de subjetivação da pessoa negra, assim como suas implicações no desenvolvimento de sofrimentos psíquicos. Os objetivos específicos são: analisar como o racismo produz na pessoa preta configurações subjetivas particulares a partir de um referencial psicanalítico; analisar os processos de saúde e adoecimento do sujeito a partir de perspectivas decoloniais; compreender as repercussões do racismo nas vivências da pessoa preta a partir de seus relatos pessoais; analisar as particularidades da clínica com pessoas negras a partir da perspectiva de psicólogos atuantes.
- Você está sendo convidada a participar exatamente por ser uma pessoa que apresenta contribuições de potencial valor ao estudo.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em uma entrevista com a pesquisadora.
- O procedimento é uma entrevista narrativa, a qual o participante relata as suas vivências enquanto mulher/homem negra(o), contando sobre suas trajetórias de vida, suas relações sociais e de que forma o racismo atravessou essas experiências.
- Por se tratar de uma entrevista narrativa o tempo de duração poderá ser de aproximadamente 60 minutos.
- A entrevista será gravada e ocorrerá em local escolhido pela participante, podendo ser presencial ou de forma remota.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.

Riscos e benefícios

- Este estudo possui riscos de evocar conteúdos emocionais, os quais serão acolhidos pela pesquisadora e se as participantes desejarem, elas poderão suspender a entrevista. Caso haja necessidade, será feito o encaminhamento para uma rede de apoio.
- Medidas preventivas serão tomadas durante as entrevistas para minimizar qualquer risco ou incômodo: as entrevistas serão conduzidas de forma que as participantes se sintam confortáveis.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você está livre para não o realizar.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá contribuir para maior conhecimento sobre as implicações do racismo nos processos de tornar-se sujeito, bem como seus possíveis atravessamentos nos processos de saúde e adoecimento.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com uma das pesquisadoras responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelas pesquisadoras e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados da entrevista ficarão sob a responsabilidade de Bruna Barros Barbosa da Silva com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/CEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone (61) 3966-1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _____,

RG _____, após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, _____ de _____ de _____.

Participante

Dra. Tania Inessa Martins de Resende/ (61)9977-1763 / taniainessa@gmail.com

Bruna Barros Barbosa da Silva / (61)999149820 / bruna.bbs02@gmail.com

Endereço dos responsáveis pela pesquisa:

Instituição: Centro Universitário de Brasília - UniCEUB

Endereço: SEPN, 707/907 Via W 5 Norte

Bairro/CEP/Cidade: Asa Norte – DF/ 70790-075

Telefones p/contato: (61)3966-1383

Endereço do(a) participante

Domicílio: (rua, praça, conjunto):

Bloco: /Nº: /Complemento:

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

Contato de urgência: Sr (a).

Domicílio: (rua, praça, conjunto)

Bloco: /Nº: /Complemento

Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:

Ponto de referência:

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA - PSICÓLOGO/A

1. Pensando nas problemáticas da nossa sociedade, mais especificamente sobre o racismo, você percebe nos atendimentos com seus pacientes que isso aparece como uma questão para eles?
2. De que forma isso aparece?
3. Pensando nesses casos, você diria que pessoas pretas compartilham, em alguma medida, de alguns sofrimentos específicos devido à sua condição racial? Que sofrimentos seriam esses?
4. Como costuma ser o olhar que a pessoa preta tem sobre si?
5. Quais são os maiores sofrimentos que você percebe na clínica com pessoas negras?
6. passagem - o ideal de ego para o sujeito negro é o ideal da brancura, que logo de início já se esbarra em uma impossibilidade pelo próprio corpo
7. Quais as suas teorizações sobre isso?
8. Quais as perspectivas, autores, conhecimentos, que você se apoia para construir um olhar mais sensível a essas questões?
9. Pensando nessas vivências, seja a dos seus pacientes, sejam as suas, como costuma se dar os relacionamentos da pessoa preta com pessoas brancas? Quais as maiores queixas?
10. Objetiva-se algo nesse percurso psicoterapêutico/analítico? Se sim, o que?
11. O que seria para você uma clínica antirracista?
12. E o paciente que se mostra racista, como fica? Me parece que uma clínica antirracista se faz também para além da pessoa preta que está ali sofrendo, mas também, para aquela que produz o sofrimento, o que você pode me falar sobre isso?

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA NARRATIVA - PARTICIPANTES AUTODECLARADOS COMO NEGROS

Entrevista adaptada de: Vasconcelos, Eduardo Mourão; Leme, Carla C. Cavalcante Paes; Weingarten, Richard; Novaes, Patrícia Ramos. Reinventando a vida: narrativa de recuperação e convivência com o transtorno mental. São Paulo: Editora Hucitec, 2006.

1. Bom, meu trabalho é sobre os efeitos do racismo nos nossos processos de se tornar sujeito, pensando que o racismo nos atravessa de inúmeras formas, eu gostaria que você me contasse um pouco sobre sua história enquanto mulher/homem negra/o. Então, dentro do que for confortável para você, eu quero saber como o racismo atravessou suas vivências, desde a infância até os dias de hoje.